



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 012

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Valdir Rossoni
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**Ato da Presidência:**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam designados os deputados Vanderlei Iensen, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Cida Borghetti para atuarem no processo de reforma do Regimento Interno, pelo prazo de 90 (noventa) dias, sob a coordenação do primeiro.

Art. 2º - Ficam designados, para o Comitê Técnico Executivo da Coordenação de Reforma do Regimento Interno, os funcionários deste Poder Legislativo Celso Aparecido de Castro, Severo Olímpio Sotto Maior, Idília Débora Gineste e Valéria Cortes Chaves França.

Art. 3º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.03.2003.  
(a) HERMAS BRANDÃO

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
31 DE MARÇO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu

Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 514**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário destaque para a discussão e votação da Proposição nº 066/2002, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.  
(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 501**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.  
(a) NEREU MOURA

**REQUERIMENTO Nº 495**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, votação em separado, da Proposição nº 096/2002, do veto ao Projeto de Lei nº 113/99, de sua própria autoria.

O projeto de lei foi aprovado, criando cursos preparatórios ao vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus, da rede pública. Tal projeto de lei foi proposto com o fim de estabelecer coerência com a política educacional do Estado do Paraná, sendo que os cursinhos são muito caros e somente podem pagá-los os filhos de pessoas que possuem renda muito alta, e conseqüentemente, as universidades estaduais acabam por descumprir o seu objetivo ao ministrar cursos gratuitos aos que podem realmente pagar.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, o Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 01 de abril de 2003, para pronunciamento de representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aquiescência do Plenário, sejam consignados nos Anais da Sessão de hoje, os cumprimentos deste Poder Legislativo à diretoria da Sicredi Costa-Oeste pela reinauguração de sua agência na rede municipal de Entre Rios do Oeste.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, se irmana ao entusiasmo e a satisfação da diretoria e associados dessa entidade de crédito cooperativista, pela revitalização da agência, o que oferece uma nova dinâmica ao espaço, facilitando positivamente em favor da comunidade.

Do teor aprovado, requer seja dado ciência ao senhor Adolfo Rodolfo Freitag, presidente da Sicredi Costa-Oeste, a rua D. João II, 565 - 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR, e ao senhor Luciano Sebastião, gerente de negócios da agência Sicredi Costa-Oeste, à Rua Tocantins, s/nº 85988-000 Entre Rios do Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Dorival Ruzzon, ocorrido no sábado, 29 de março de 2003, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do município de Londrina e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do doutor Dorival Ruzzon, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

O doutor Dorival, além de médico, era um grande pecuarista e esposo da senhora Cleusa Sala Ruzzon.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder

Legislativo paranaense à memória do doutor Dorival Ruzzon.

#### REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a inserção no Anais desta Casa de votos de pesar pelo falecimento da senhora Sônia Maderna Ribas, viúva do ex-deputado estadual e ex-presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Nilson Baptista Ribas, com quem teve seis filhos.

Justifica o presente requerimento por ter sido Nilson Baptista Ribas, parlamentar nesta Casa por vários mandatos, e tendo exercido em 1958/59 a presidência deste Poder.

O ilustre parlamentar exerceu, ainda, o cargo de secretário de Estado.

Desta forma, bastante justificado, o parlamentar abaixo assinado requer sejam enviadas as mais sinceras condolências oficiais deste Poder Legislativo à família enlutada.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Jéferson Sepeca, jovem advogado que deixa esposa e dois filhos.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, e ao Sindelpar.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente:

O deputado estadual subscritor do presente, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, a consignação nos Anais da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Oscar Rempel, pioneiro do município de Marechal Cândido Rondon.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, se associa a consternação da família pela perda irreparável do pranteado pai e saudoso pioneiro do município antes referenciado.

Do aprovado, requer seja dado ciência ao senhor Paulo Rempel, a avenida Rio Grande do Sul, 5080 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon - PR; e ao senhor Pedro Rempel, a Rua Mato Grosso, 2539 - 85800-000 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ELIO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 473**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao pastor Mário Hort, quando celebrou em 08 de março, 30 anos de pastorado junto a comunidade de Marechal Cândido Rondon, que também comemorou 45 anos de existência da Igreja de Deus naquela municipalidade.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao padre Mário Hort, no endereço que segue.

Caixa Postal 100

85.960-900 Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

**REQUERIMENTO Nº 480**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao município de Jacarezinho, que comemora no dia 02 de abril do corrente ano, 103 anos de emancipação política.

Requer, também, envio de correspondência a Prefeitura e Câmara de Vereadores do município, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 482**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações, a Comissão Técnica, jogadores e toda diretoria do Atlético Clube Paranaíba - ACP, pela brilhante campanha realizada no Campeonato Paranaense de Futebol, conquistando o 2º lugar.

Requer ainda, o envio de correspondência aos homenageados, dirigida ao seguinte endereço: Av. Tancredo Neves, s/n, Prédio do Estádio Municipal, CEP: 87702-000 - Paranaíba-PR.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 494**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Jornal Diário Popular, que comemora 40 anos de sua fundação. Por quatro décadas vem realizando um trabalho jornalístico sério e competente, contribuindo de forma singular com os meios de comunicação de nosso Estado. Entidades como estas devem ser enaltecidas e

homenageadas, motivo pelo qual originou-se esta manifestação de júbilo.

Ao presidente Sr. Abdo Aref Kudri, jornalista, funcionários e colaboradores em geral, estendemos os melhores cumprimentos em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de todos os paranaenses, augurando-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 503**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado à empresa Fujiwara Equipamentos de Segurança Individual (EPI), através do sócio-proprietário Kiichi Fujiwara, enviando votos de congratulações aos proprietários daquela empresa que há mais de vinte anos se destaca no mercado de couro.

A empresa situada em Apucarana, neste pujante Estado do Paraná, produz botas de segurança industrial e, para ganhar o mercado internacional, implantou gestão ISO9001, criando também laboratórios de ensaio específicos para o desenvolvimento do produto, eliminando metais reflexivos para evitar rastreamento por radar.

Nos últimos anos a empresa alcançou destaque nos mercados nacional e internacional e seus produtos chegam a obter 86,9% da preferência do mercado nacional.

Por seis anos consecutivos, a Fujiwara foi eleita marca "Top of Mind" e também a primeira do país a conquistar o selo de conformidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

A empresa investiu no aperfeiçoamento de calçados para o conforto e segurança dos trabalhadores.

Na guerra do golfo, mais de 50 mil soldados britânicos estavam usando calçados de segurança industrializados em Apucarana. As botas militares, fabricadas com exclusividade e sob encomenda do Ministério de Defesa Britânico, obedeceram a rigoroso controle de qualidade e especificações de acordo com as condições climáticas do deserto a que estão submetidos os soldados ingleses. Essas botas têm entre outras características tratamento antifungo e antibactéria, e anti-reflexivos, além de controle individual de produção.

Alguns lotes, na cor preta, atendem a Marinha Real britânica.

Trata-se de empresa paranaense que merece o reconhecimento desta Casa de Leis nestes dias em que a geração de emprego é essencial para toda a sociedade.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 504**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Casa,

após ouvido o douto Plenário, que seja enviado voto de congratulações aos engenheiros agrônomos da Emater-PR: Cilésio Abel Demoner, de Cornélio Procópio e Adaguimar Sérgio Chichetti, de Santa Amélia e ao Grupo Café - Água da Onça, de Santa Amélia, constituído pelos produtores - Eli Pereira da Silva, Elton Medeira Batista, Ronaldo Medeira Batista, Elias José da Silva, Mauro Castilha Medeira, Carmem Castilho Medeira Batista, Maria da Conceição da Silva pela brilhante ousadia de construírem, em regime de mutirão, uma Unidade-Modelo de Qualidade do Café, com o objetivo de criarem um Pólo de Produção de Café Cereja Descascado.

Em se tratando de uma iniciativa pioneira, que visa a difundir tecnologia para busca de qualidade na produção de café e conseqüentemente, agregação de renda e geração de emprego no meio rural em nosso Estado, julgamo-la merecedora de nossas congratulações.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Rádio Comunitária Nova Geração em Jataizinho, que é a primeira rádio comunitária do Paraná.

Requer ainda, o envio de correspondência a referida rádio, destinada a seu diretor Odemir Marques "Briola".

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor, pelo grande sucesso na realização da 31ª EFAP.

Requer ainda, o envio de correspondência ao prefeito do município.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 507

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada à Companhia Iguaçu de Café Solúvel, de Cornélio Procópio, extensiva a todos os seus funcionários, uma moção de aplauso pela conquista simultânea de suas certificações: ISO 9001, ISO 14001 E OHSAS 18001.

A moção desta Assembléia retrata o reconhecimento dos paranaenses pelo compromisso dos dirigentes e de todos os funcionários da Cia. Iguaçu com a qualidade, com o meio ambiente, com a segurança de seus tra-

balhadores e pela posição de destaque que ocupa no ramo de sua atividade, motivo de orgulho para Cornélio Procópio, para o Paraná e para o Brasil.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado estadual que este subscreve, no interesse da população paranaense que em Curitiba, capital do Estado, REQUER que seja oficiado ao Dr. Paulo Pimentel, Exmo. ex-governador do Paraná, e digníssimo presidente da Copel, no sentido de que determine ao departamento competente daquela companhia a revisão da política de poda drástica das árvores de Curitiba, feita em parceria com a prefeitura de Curitiba - no governo Jaime Lerner, através de empreiteiros que - segundo informações - receberiam por volume de galhadas abatidas, portanto, interessados em auferir lucros sempre maiores, estão desequilibrando árvores antigas, provocando sua ruína, desabamento, fragilidade e morte.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os curitibanos têm visto a cada chuva mais forte a queda de centenas de árvores antes incomuns na cidade. As árvores tornadas forquilhas sem equilíbrio pelas equipes da Copel/PMC, caem ao menor vento. É verdadeira dendroclastia - do grego, dendro: árvore clastia; destruição. Não acreditamos que o civilizado ex-governador, atual presidente da Copel, concorde com esta prática de bárbaros. Lucram com a morte de árvores quase centenárias. E perguntamos por que até onde a rede elétrica possui cruzetas preventivas - estudadas para permitir o crescimento da vegetação, desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba ao tempo que fui o prefeito de Curitiba - se podam as árvores? Na esperança de solução ambientalmente correta, subscrevo-me.

#### REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado estadual que este subscreve, no exercício de suas atribuições pede ao egrégio plenário que seja oficiado ao senhor secretário de Estado da Saúde, para que determine ao senhor diretor de Gestão de Sistemas, a ampliação de AIH's (Autorizações de Internação Hospitalar) para o Hospital Aliança Saúde, mantido pela PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na cidade de Pinhais.

Sala das Sessões, em 31.03.2003

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O magnífico hospital, construído com tecnologia canadense de moderníssimas instalações está sub-utilizado, podendo servir com maior eficácia à população da região metropolitana da grande Curitiba.

Atualmente recebe apenas 140 cotas de internação por mês - podendo atender até 600 internamentos cada 30 dias, permanecendo ocioso, quando há tantos carentes, necessitados à espera de vagas para internação - conforme registro da mídia, e testemunhal colhido por este deputado com funcionários da central telefônica e computadorizada de marcação de internamentos de Curitiba, por nós implantada quando tivemos a ventura de exercer a Prefeitura da Capital do Estado de 1993 a 1996.

O Hospital Aliança tem a chancela da PUC, tem residência médica de Medicina Geral e Comunitária, que forma os médicos de família, e pode atender clínicas de Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Clínica Médica e Cirurgia Pediátrica, Vascular e Geral.

#### REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marco Aurélio Diogo, presidente da Ecovia Caminho do Mar S/A, solicitando a instalações de abrigos ou coberturas para o sistema de transporte coletivo metropolitano, no trecho da BR 277 entre as divisas dos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, até o primeiro posto de pedágio da rodovia, sentido litoral.

Estamos atendendo inúmeros pedidos da comunidade que chegam ao nosso gabinete e que utilizam o sistema de transporte coletivo. Nossa solicitação representa a expectativa da administração pública de São José dos Pinhais, que tem sido, constantemente cobrada pela execução da mencionada obra, não podendo, entretanto, proceder o atendimento, tendo em vista que o mesmo é de competência e responsabilidade da Ecovia Caminho do Mar S/A.

Sala das Sessões, em 31.03.2003

(a) FRANCISCO BÜHRER

#### REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. diretor-geral do DER, Rogério Walbach Tizzot, solicitando a liberação de recursos para a execução de projeto de calçamento com pedras irregulares (com 9 km de extensão) no trecho que liga o distrito de Carajá a comunidade de vila São Paulo, naquela municipalidade.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. Francisco Rodrigues da Silva, DD. Prefeito Municipal de Jesuítas, à Rua Padre Leonel França, 369 - Caixa Postal 131 - CEP 85.835-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos para munir a área de lazer da Escola Municipal Ângelo Darolt, localizada no município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Alcides Marques, e ao vereador Sebastião Antonio, respectivamente presidente e 1º secretário da Câmara Municipal de Medianeira, localizada na Av. Rio Grande do Sul, 2243 - CEP 85.884-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a escola citada não dispõe de recursos para efetuar a compra dos equipamentos necessários para compor seu "Parquinho", espaço este que deverá ser muito utilizado para realização das aulas de educação física e lazer, culminando com o desenvolvimento saudável das crianças.

#### REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos para munir a área de lazer da Escola Municipal José Lorenzoni, localizada no município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Alcides Marques, e ao vereador Sebastião Antonio, respectivamente presidente e 1º secretário da Câmara Municipal de Medianeira, localizada na Av. Rio Grande do Sul, 2243 - CEP 85.884-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a escola citada não dispõe de recursos para efetuar a compra dos equipamentos necessários para compor seu "Parquinho", espaço este que deverá ser muito utilizado para realização das aulas de educação física e lazer, culminando com o desenvolvimento saudável das crianças.

#### REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos para munir a área de lazer da Escola Municipal Jaime Canet, localizada no município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Alcides Marques, e ao vereador Sebastião Antonio, respectivamente presidente e 1º secretário da Câmara Municipal de Medianeira, localizada na Av. Rio Grande do Sul, 2243 - CEP 85.884-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

Atualmente a escola citada não dispõe de recursos para efetuar a compra dos equipamentos necessários para compor seu "Parquinho", espaço este que deverá ser muito utilizado para realização das aulas de educação física e lazer, culminando com o desenvolvimento saudável das crianças.

**REQUERIMENTO Nº 465**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos para construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, localizado no município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a vereadora Maria Elena Barp, na Câmara Municipal de Medianeira, localizada na Av. Rio Grande do Sul, 2243 - CEP 85.884-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio acima mencionado aguarda a concretização destas melhorias para que seus alunos possam praticar atividades físicas e recreativas sob quaisquer condições climáticas.

**REQUERIMENTO Nº 466**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos para construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual João Manoel Mondrone, localizado no município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a vereadora Maria Elena Barp, na Câmara Municipal de Medianeira, localizada na Av. Rio Grande do Sul, 2243 - CEP 85.884-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio acima mencionado aguarda a concretização destas melhorias para que seus alunos possam pra-

ticar atividades físicas e recreativas sob quaisquer condições climáticas.

**REQUERIMENTO Nº 467**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a cobertura, com dois portões, para a quadra de esportes da Escola Estadual Planalto do Oeste, localizada no distrito de Planalto do Oeste, município de Nova Santa Rosa.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Noedi Max Hardt, na Câmara Municipal de Nova Santa Rosa, à Rua Maripá, 892 - CEP 85.930-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

A realização deste benefício possibilitará melhores condições aos estudantes de desenvolver suas atividades, permitindo-lhes inclusive a prática dos esportes em dias de chuva.

**REQUERIMENTO Nº 468**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a cobertura, com dois portões, para a quadra de esportes da Escola Municipal Willy Brath, localizada no distrito de Planalto do Oeste, município de Nova Santa Rosa.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Noedi Max Hardt, na Câmara Municipal de Nova Santa Rosa, à Rua Maripá, 892 - CEP 85.930-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

A realização deste benefício possibilitará melhores condições aos estudantes de desenvolver suas atividades, permitindo-lhes inclusive a prática dos esportes em dias de chuva.

**REQUERIMENTO Nº 469**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atividades regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. secretário de Estado dos Transportes, solicitando a execução de pavimentação asfáltica entre Pato Bragado e o Distrito de Margarida, Marechal Cândido Rondon, informando que tal benefício já consta do orçamento.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Antônio Germano Wastowski, autor da proposta, bem como ao vereador Arnildo Rieger, presidente

da Câmara Municipal de Pato Bragado, situado à Av. Willy Brath, 2889 - Centro - CEP 85.948-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Algaci Tulio, diretor-presidente do Procon, reiterando a instalação de um escritório regional no município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos vereadores Olair Turmina, Pedro Rauber, Ário Pedro Martiny e Ítalo Fernando Fumagali, na Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, à Rua Sergipe, nº, CEP 85.960-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Orlando Pessuti, solicitando recursos do Programa Paraná Doze Meses para atender os agricultores que residem em Marechal Cândido Rondon e demais municípios do Estado do Paraná, com a construção de redes de abastecimento de águas nas linhas rurais.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Silvestri Cottica, na Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, à Rua Sergipe, CEP 85.960-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A realização da benfeitoria solicitada vai atender proprietários rurais do município de Marechal Cândido Rondon, pois temos conhecimento de que mais de cinquenta por cento dos proprietários não possuem redes de água potável.

#### REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a implantação do ensino fundamental no período noturno junto ao Colégio Estadual Costa e Silva, localizado no município de Itaipulândia.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à diretora daquele estabelecimento de ensino, Sra. Rosinei

Saturnino, à Rua Castro Alves, 2450, CEP 85.880-000 Itaipulândia-PR.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A implantação do período noturno do ensino fundamental junto ao Colégio Estadual Costa e Silva - Ensino Fundamental e Médio, localizado no município de Itaipulândia, é imprescindível para o devido atendimento às pessoas que lá recorrem, vindo a beneficiá-las em vários aspectos, uma vez que a maioria das matrículas são de alunos que vem da área rural, onde os pais contam com os mesmos para ajudar na lavoura e/ou serviços domésticos, e outros que trabalham no comércio oito horas diárias, não tendo assim a oportunidade de estudar, devido a não oferta do ensino fundamental no período noturno.

#### REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando a liberação de verba que possibilite a pavimentação com perdas irregulares das estradas que dão acesso aos cemitérios de Jardinópolis e Flor da Serra, no município de Serranópolis do Iguaçu.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Nilson Mário König e ao vereador Hilário Freder, autores do Requerimento nº 008/2003, no endereço que segue: Câmara Municipal de Serranópolis do Iguaçu, Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 406 - Bairro Jardinópolis - CEP 85.885-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos para que seja realizada a cobertura da quadra do Colégio Estadual São José - Ensino Fundamental e Médio, localizado no município de São José das Palmeiras.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Luiz Carlos Toni, na Câmara Municipal de São José das Palmeiras, à Rua Mal. Castelo Branco, 995, CEP 85.960-000.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o



douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual da Segurança Pública, para nomeação de um delegado de carreira para o município de Jataizinho.

O presente requerimento deve-se pela alta taxa de criminalidade, com vários homicídios registrados.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Prefeitura de São José dos Pinhais, solicitando providências urgentes quanto à situação dos agentes comunitários de saúde daquele município, em especial para o bairro Jardim Independente.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A informação que temos é que o antigo Programa de Agentes Comunitários de Saúde foi extinto. O novo programa teria classificado aquele bairro como não necessitado, o que a princípio não corresponde à realidade.

Diante da situação solicitamos providências urgentes desta Prefeitura para minimizar os problemas dos moradores daquela região.

#### REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Caio Brandão, digníssimo diretor presidente da Sanepar, para que seja viabilizada a construção da rede de esgoto sanitário no parque das Jaboticabeiras, município de Umuarama.

Convém ressaltar que o assunto já é de conhecimento da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, motivo pelo qual recorreremos a Sanepar para viabilizar a construção do esgotamento sanitário no Parque das Jaboticabeiras, uma vez que o local conta com 90% dos lotes construídos, a área apresenta reflorestamento urbano, energia elétrica da Copel, rede de água da sanepar e asfalto.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao vereador Sebastião M. Xavier Ribeiro, na Câmara Municipal de Umuarama, Av. Maringá, 4863 - Umuarama-PR, CEP: 87502-080.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitados a S. Exa.

o senhor secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as melhores providências para apressar a realização de testes seletivos para contratação de professores colaboradores nas instituições de ensino superior da rede estadual.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Diversos Campus da Unespar (ex-faculdades isoladas), através das comunidades universitárias, em particular os alunos, têm reivindicado a nossa ação para que se apresse tais providências.

Entendemos que podemos contribuir no caso solicitando, através da Casa, as providências a S. Exa. o senhor secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

#### REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas a S. Exa. o senhor secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi e ao diretor geral do Departamento de Estradas e Rodagem, senhor Rogério Wallbach Tizzot, as melhores providências para apressar a restauração da PR-092, de Jaguariaíva até o entroncamento com a BR-153.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A PR-092 é a segunda rodovia de maior tráfego na malha estadual. Há muito tempo que as suas condições para o tráfego são precárias e o governo anterior pouco fez para restaurá-la.

Os recursos previstos no orçamento de 2003, da ordem de aproximadamente R\$9,5 milhões de reais serão insuficientes para sua restauração.

É preciso, portanto, que a Secretaria e o DER adotem providências que possam apressar a restauração desta importante rodovia estadual.

#### REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente aos Exmos. Srs. secretário estadual de Educação e presidente do Conselho Estadual da Educação, solicitando as seguintes informações a respeito do Sistema Estadual de Ensino - Educação Especial:

- componentes da Comissão Temporária de Educação Especial;
- objetivos da Comissão Temporária;
- trabalhos já elaborados pela mencionada comissão;
- prazos da Comissão Temporária de Educação Especial - cronograma;

- objetivos das audiências públicas marcadas para os dias 23 e 24 de abril;
- juntar cópia do regulamento das audiências públicas;
- especificar os interessados que têm direito a participar com direito a voz e voto;
- se todos os profissionais da área, usuários do serviço e demais interessados foram informados de que o processo estava em curso;
- informar horário e local das audiências públicas;
- prazo final para que a resolução entre em vigor.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Foi-nos encaminhada cópia de minuta de resolução do Conselho Estadual de Educação que aborda a Educação Especial no Estado do Paraná. Nesse mesmo documento consta um calendário de audiências públicas, mas vários trabalhadores do setor, inclusive sindicatos desses profissionais, não têm informações mais detalhadas do processo em curso. Em atenção a essa realidade é que solicitamos as informações.

#### REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Cel. Wallace Scott Murray, nº 700 - Bairro Santa Cândida, que pede policiamento ostensivo, principalmente nas sextas-feiras, no horário de entrada e saída do Colégio Estadual Santa Cândida, sito nas proximidades dessa rua.

No local há encontro de gangues que brigam, algumas vezes ocorrendo até tiroteio, causando medo e apreensão nos alunos e nos moradores. A situação é crítica e os alunos estão com medo de ir para o colégio, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender ao pedido da Sra. Noeli do Rocio Zaguini, residente à R. Cap. Leônidas Marques nº 25.550 - Bairro Uberaba de Cima, que pede uma solução para o problema de alagamentos que ocorrem na rua em que reside, decorrentes do esgoto do Conjunto Residencial da Cidadela, sito na R. Augusto Zibarth.

Outro problema é referente a uma fossa aberta existente no terreno daquele conjunto residencial, a qual, quando chove, fica cheia de água, propiciando a procriação de insetos, inclusive mosquitos da dengue.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 364-3082.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de contratos firmados por órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná com a denominada Adifea - Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, nos últimos 8 anos.

- relação de todos os órgãos e entidades que contrataram com a mencionada associação;
- objeto de cada um dos contratos;
- se foi realizada licitação ou não. Especificar modalidade e tipo de licitação e, em caso de não realização, apresentar os fundamentos que sustentaram a dispensa;
- o valor efetivamente recebido pela Adifea em cada um dos contratos. Especificar a forma de pagamento;
- o montante de créditos tributários recuperados por um a um dos órgãos ou entidades através dos serviços prestados pela Adifea;
- juntar relatórios de trabalhos realizados pela Associação e comprovantes de todos os pagamentos efetivados;
- se a associação prestou outros serviços ao Estado do Paraná além da recuperação de créditos tributários.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná, e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

No caso específico da Adifea há uma série de questionamentos a respeito dos serviços prestados e dos ganhos financeiros obtidos pela instituição de profissionais da USP.

É público que alguns órgãos já rescindiram os contratos que eram mantidos com a entidade prestadora de serviços de recuperação de créditos tributários.

É possível que alguns desses contratos possam ter onerado excessivamente os cofres do Estado do Paraná.

Esse é um dos focos de investigação da CPI da Copel.

As informações supra serão muito importantes no processo de moralização do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando que requerimento de sua autoria, aprovado na Sessão Plenária de 18 de março, ainda não foi objeto de resposta por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, informe também aquela Secretaria qual a data do lançamento contábil dos cancelamentos dos resíduos passivos, objeto daquele requerimento e reportados no Decreto 753, de 10 de março de 2003.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) DURVAL AMARAL

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 149/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o artigo 1º, da Lei nº 11.897, de 1º de dezembro de 1997, que dispõe que o Poder Executivo fica autorizado a efetuar o pagamento de energia elétrica dos consumidores cujos imóveis sejam para fins residenciais, que sejam monofásicos, da área urbana e rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30kw/h em seu final, onde se lê... “consumo de energia no mês não seja superior a 30kwh”, para....”consumo de energia no mês não seja superior a 100kw/h”.

Parágrafo Único - com a nova redação do artigo 1º da citada lei, deve-se-á alterar a sumula da lei em sua parte final, onde se lê “30kwh”, para 100kw/h.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NATÁLIO STICA

Apoioamento:

Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Barbosa Neto, Padre Paulo Campos, 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente alteração da Lei nº 11.897 de 01.12.97, visa atender o benefício por ela criado a famílias que tenham consumo de energia residencial considerado baixo pela ONS (Operação Nacional do Sistema), ou seja famílias que tenham o consumo de até 100Kw/h mensal.

A alteração ora proposta poderá trazer um alívio financeiro para famílias que já sofrem com o orçamento doméstico apertado e geralmente insuficiente, será uma política pública de compensação. A simples prática ora em análise deverá em curto espaço de tempo fortalecer a alimentação dessas famílias (complementação nutricional), possibilitar investimento desse custo para outras áreas, como educação complementar, qualificação profissional, etc. Esse benefício atingiria cerca de 200.000 famílias ou seja, os beneficiados chegariam próximo a 700.000 pessoas.

A proposta encontra-se respaldada no compromisso de campanha de nosso governador que desde a época mostrava o interesse do seu futuro governo garantir que as famílias com consumo de até 100kw/h pudessem usufruir dessa exoneração.

Assim a presente proposta, projeto de lei, vem dar condições para que o governador possa cumprir a promessa, e que o estado do Paraná seja um exemplo de como uma companhia estatal de energia pode fazer justiça social.

#### PROJETO DE LEI Nº 150/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Alto- Atuba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### PROJETO DE LEI Nº 151/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento das taxas para expedição de carteiras de identidade pessoas carentes com renda familiar até três salários mínimos e desempregados.

Art. 2º - A isenção compreende a expedição de 1ª via e 2ª vias.

Art. 3º - A verba para manutenção das isenções serão advindas do orçamento do município, se necessário com suplementação.

Art. 4º - A expedição das carteiras de identidade serão efetuadas no Instituto de Identificação do Paraná, ou em convênio do instituto com associações comunitárias e entidades filantrópicas.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando as taxas cobradas atualmente para a expedição da carteira de identidade e os poucos recursos de um segmento mais carente e daqueles que estão desempregados, além das poucas entidades que dão isenção para aquisição desse documento primordial (a Fundação de Ação Social - Fas isenta da taxa pessoas com renda de até 1 salário-mínimo), acreditamos que o presente projeto possa ser bastante útil e necessário para uma camada grande da população.

Dada a importância de o cidadão possuir Registro Geral, inclusive para concorrer a vagas no mercado de trabalho, o presente projeto visa ampliar o número de pessoas atendidas com este benefício objetivando até o resgate de sua cidadania.

Para conhecimento e análise da presente proposição, informamos que atualmente a taxa para 1ª via do RG tem o custo de R\$8,30 (oito reais e trinta centavos) e R\$12,40 (doze reais e quarenta centavos) para a 2ª via.

#### PROJETO DE LEI Nº 152/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo instituirá a disciplina de "Cidadania" nas escolas de 1º grau do Sistema Estadual de Ensino, adaptado ao nível dos alunos da 1ª a 8ª séries.

Art. 2º - A disciplina "Cidadania" tem por objetivo o despertar para o exercício da cidadania culminando em:

- I - melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- II - observância dos direitos e deveres do cidadão;
- III - despertar do espírito crítico;
- IV - conhecimento e respeito às Instituições existentes;
- V - preservação da Paz, da Ordem e da Justiça.

Art. 3º - A emenda da disciplina "Cidadania", no mínimo conterà:

- I - educação ambiental;
- II - educação tributária;
- III - Código de Defesa do Consumidor;

- IV - Código Nacional de Trânsito;
- V - noções de higiene e saúde;
- VI - doenças sexualmente transmissíveis;
- VII - defesa do patrimônio histórico e cultural;
- VIII - direitos do menor e do adolescente;
- IX - o combate ao desperdício;
- X - participação na vida da comunidade;
- XI - democracia - princípios;
- XII - o papel da justiça;
- XIII - o papel da família;
- XIV - os meios de comunicação;
- XV - a leitura como meio de informação.

Art. 4º - Em hipótese alguma, admitir-se-a o caráter doutrinário (político ou religioso) para a disciplina, sujeitando-se os infratores às penalidades da lei.

Art. 5º - A Secretária Estadual da Educação estabelecerá o conteúdo programático da disciplina, que deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, observando o contido no artigo 3º desta lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição não é uma vestimenta moderna para a velha Organização Moral e Cívica, matéria obrigatória nos períodos negros que vivemos em nosso país em épocas não tão distantes assim.

Por acreditarmos no processo democrático e não vermos outra maneira de tornar o ser humano melhor a não ser através de um processo educacional coerente com a nossa realidade é que apresentamos o referido projeto. Para combater a violência, os direitos que são violados a cada dia, apresentamos nossa contribuição neste processo educacional voltado para o exercício da cidadania.

Nada obstante à orientação do MEC sobre a "transversalidade" do currículo básico para atingir o mesmo objetivo, entendemos haver necessidade de uma matéria específica, haja vista a dificuldade para os professores de matérias divididas, condensarem de forma ordenada e contínua os assuntos da disciplina que ora propomos.

O Paraná pode se tornar pioneiro no Brasil na adequação do currículo escolar, para isto contamos com o apoio dos nobres pares nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 153/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de Adolescente - Amaras, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

A proposição em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio a Reintegração de Adolescentes - Amaras, com sede e foro no município de Maringá, entidade que se destina à execução de programas de proteção, e sócio-educativo destinado à criança e ao adolescente.

A Associação, sem fins lucrativos, foi fundada em 01 de novembro de 2000 e realiza, com sucesso, o trabalho inerente à finalidade de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 154/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Enéas Marques, entidade de caráter cívico, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, com sede no município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei em tela, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, visa declarar de Utilidade Pública Estadual, a associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Enéas Marques.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade daquele município, conforme se pode ver nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto. Ademais, preenche todos os requisitos formais e legais, conforme documentação em anexo.

Dessa forma, por ser medida de direito e de justiça, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa, para a declaração de Utilidade Pública para a referida entidade.

**PROJETO DE LEI Nº 155/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Terapia de Linguagem de União da Vitória - Istel, inscrito no CNPJ sob nº 04.737.932/0001-72.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

**JUSTIFICATIVA:**

O referido projeto do Instituto de Surdos e terapia de linguagem - Istel, do município de União da Vitória-PR, tem por objetivo atender a crianças com deficiência auditiva e com distúrbios de linguagem, tendo por finalidade aprofundar o conhecimento através de uma interação de qualidade do processo educacional, oportunizando não só o conhecimento, mas criando-se espaços para a convivência na sociedade.

A aprovação do referido projeto facilitará ao instituto a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

**PROJETO DE LEI Nº 156/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Os alunos das redes estadual e municipal de ensino fundamental e de ensino médio do Estado do Paraná terão acesso direto às universidades estaduais e faculdades públicas, sem a necessidade de prestarem concurso vestibular.

Art. 2º - A Secretaria Estadual da Educação e a Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, instituirão sistemas de acompanhamento do desempenho dos estudantes, atendidas as normas gerais da educação nacional, a fim de definirem os alunos que terão direito a ingressarem nas universidades e faculdades mantidas com recursos públicos do Estado do Paraná, sem a realização de concurso vestibular, conforme estabelecendo o *caput* do artigo 1º da presente lei.

Parágrafo Único - Para usufruírem dos benefícios que serão estabelecidos pela Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, os alunos terão que comprovar obrigatoriamente durante os últimos três anos, antes do ingresso nas universidades e faculdades mantidas com recursos públicos, residência domiciliar no território paranaense.

Art. 3º - As vagas oferecidas para o acesso a todos os cursos de graduação das universidades e faculdades mantidas com recursos públicos do Estado serão preenchidas, observados os seguintes critérios:

I - 50% (cinquenta por cento), no mínimo, por curso e turno, por estudantes que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

a) tenham cursado o Ensino Médio em instituições da rede estadual de ensino público;

b) tenham sido selecionados em conformidade com o estatuído no artigo 2º desta lei.

II - 50% (cinquenta por cento) por estudantes selecionados em processo definido pelas universidades e faculdades mantidas com recursos públicos, segundo a legislação vigente.

Art. 4º - Os candidatos oriundos das instituições estadual e municipal de ensino, não pagarão taxa de inscrição para os concursos vestibulares.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A realidade da educação em nosso Estado é de descaso por parte do chefe do Poder Executivo e da Secretaria de Estado da Educação. Buscando minimizar essas injustiças, resolvemos elaborar o presente projeto que tem como finalidade tratar das disposições e dos critérios para a admissão de estudantes oriundos das redes municipal e estadual de ensino do Paraná em universidades públicas do nosso Estado.

Partindo do princípio que estudantes com assento nos quadros discentes das redes municipal e estadual de ensino do Paraná não têm, em sua maioria, condições financeiras para se manter em instituições particulares, e muito menos após o término do ensino médio, pagarem um cursinho pré-vestibular, torna-se difícil a competitividade entre eles, devido a diferença da qualidade de ensino que lhes é oferecida.

Sendo assim solicito dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, que votem favoravelmente ao assunto proposto.

#### PROJETO DE LEI Nº 157/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Aos estudantes de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, da rede estadual e particular de ensino, fica assegurada a organização de grêmios estudantis, como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

§ 1º - A organização, o funcionamento e as atividades dos grêmios estudantis, serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembléia geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 2º A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do grêmio estudantil, serão realizadas por meio de voto direto e secreto de cada estu-

dante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral vigente.

Art. 2º - Os estudantes que forem eleitos em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 1º da presente lei, terão liberdade junto às dependências das salas de aulas das instituições da rede estadual e particular de ensino, para desempenharem suas atividades como representantes dos grêmios estudantis, garantindo assim o bom desempenho de suas funções junto aos demais discentes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Legítimo representante da voz e da vez dos estudantes ao longo dos anos, o grêmio estudantil teve sua trajetória interrompida pela força da ditadura em 1968. Em seu lugar foram impostos os centros cívicos, sem autonomia e com finalidades diversas.

Em 1985, o pressionado movimento organizado pela União Brasileira dos Estudantes (UBES), que na época estava se reestruturando, conseguiu sancionar a lei federal, sob o número 7398, que autoriza a livre organização dos grêmios em esfera federal.

Com base no exposto, estamos propondo este projeto de lei como uma forma de incentivar a criação de grêmios estudantis em todas as escolas do Estado do Paraná, tendo como forma de exercer o aprendizado da democracia na condução dos interesses afetos à comunidade escolar.

Pela oportunidade, conto com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis à aprovação deste projeto.

Publicado, vai o projeto às Comissões Permanentes, competentes, para discussão e parecer técnico, conforme determina o Regimento Interno desta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 158/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, nos termos desta lei, obrigado a dar informações a todas as pessoas residentes no território paranaense e que recebam nominal e regularmente as faturas de energia elétrica e/ou água, sobre a arrecadação mensal do ICMS, FPM e IPVA de cada município.

Art. 2º - Em cada fatura, seja de energia elétrica ou de água, deverá constar discriminadamente o valor repassado naquele mês da cota parte do município relativo ao ICMS, PFM e IPVA.

Art. 3º - Para informar corretamente ao cidadão e cidadã paranaenses residentes nos municípios, o Governo

do Estado designará o departamento competente da Secretaria da Fazenda Estadual, para colher as informações e repassá-las em tempo hábil à Copel e à Sanepar, para que os dados sejam impressos nas faturas de energia elétrica e de água.

Art. 4º - O não cumprimento de qualquer mandamento inserido nesta lei, caberá à autoridade responsável, seja do governo estadual ou das empresas de companhia mista citadas, arcar por crime de responsabilidade e outras penalidades previstas na legislação.

Art. 5º - A Assembléia Legislativa do Paraná, acompanhará a implantação num prazo de 180 (cento e oitenta dias) da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo a população vem reclamando da malversação do dinheiro público. Os contribuintes que diariamente pagam pesados impostos, não possuem esclarecimentos e informações, sobre a origem dos recursos pagos.

Como esses impostos são originários da população num todo, nada mais justo de que ela tenha conhecimento do montante de recursos que são repassados mensalmente pelos governos estadual e federal, referente à cota parte dos municípios dos tributos existentes.

A sanção deste projeto facilitará a vida dos municípios que acompanharão o destino da arrecadação de cada município e servirá também para tornar possível a exigência de que o dinheiro público seja bem aplicado.

PROJETO DE LEI Nº 159/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os crimes de estupro, de natureza hedionda, terão a investigação e persecução penais prioritárias.

Art. 2º - Na hipótese de estupro devidamente comprovado resultar gravidez, deverá o Estado:

I - colocar gratuitamente à disposição da mulher toda a assistência pré-natal e por ocasião do parto.

II - orientar e encaminhar, através da Defensoria Pública, os procedimentos de adoção, se assim for da vontade da mãe;

III - conceder à mãe que registre a criança nascida como sua, assumindo o pátrio poder, pensão mensal equivalente a 1 (um) salário-mínimo pelo prazo de 21 (vinte e um) anos.

Art. 3º - Para cumprimento do disposto no artigo 2º da presente lei, os interessados deverão requerer por escrito, à Secretaria da Justiça, juntando cópia do boletim de ocorrência da delegacia e do exame de corpo de delito.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa normatizar um assunto polêmico. O Paraná precisa possuir uma lei eficiente e moderna e que acima de tudo preserve o direito inviolável que todo o cidadão possui: a vida.

No caso de crime hediondo de estupro, precisa-se castigar o causador do fato e puni-lo severamente, jamais uma criança indefesa e que com certeza deseja viver. Além disso, a própria Constituição Federal, enfatiza a inviolabilidade do direito à vida e a vedação à pena de morte. Por isso cabe ao Estado a responsabilidade à assistência e garantia de que o fruto de um relacionamento impróprio possa nascer e ter uma vida normal.

PROJETO DE LEI Nº 160/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado a incluir na malha rodoviária estadual a estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Antiga reivindicação de toda a população da Região Norte do Paraná a estadualização da estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras, trará enormes benefícios à comunidade local e ao escoamento da safra agrícola.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 161/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os concursos vestibulares das universidades estaduais e demais faculdades mantidas com recursos públicos no Estado do Paraná, passam a ser realizados no mesmo dia e hora.

§ 1º - As normas estabelecidas no *caput* do artigo 1º da presente lei serão regulamentadas pela Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

§ 2º - As universidades estaduais e demais faculdades mantidas com recursos públicos, manterão a autonomia na escolha dos locais e conteúdos das provas dos concursos vestibulares.

Art. 2º - Ficam mantidas as alternâncias de datas e horários, para a realização dos concursos vestibulares, denominados de vestibulares de inverno.

Art. 3º - A regulamentação da lei será feita pela Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, até o mês de julho do exercício de 2002, obrigatoriamente, a fim de não prejudicar o processo seletivo das universidades e das faculdades mantidas com recursos públicos do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A realidade dos concursos vestibulares é cada vez mais difícil para quem vai ingressar em universidades ou faculdades públicas. Buscando minimizar esses efeitos resolvemos elaborar o presente projeto que tem como objetivo tratar das disposições e dos critérios para a realização desses concursos, quanto às suas datas e horários.

Os estudantes que terminarem o ensino médio nas redes municipal e estadual de ensino têm grandes problemas para ingressarem nos quadros discentes do ensino superior, em sua maioria agravados pelas condições financeiras para a sua manutenção.

A grande procura das universidades e faculdades públicas, fazem com que esses alunos sejam prejudicados uma vez que vestibulandos de outras localidades, e, até mesmo de outros Estados vêm disputar vagas que estariam, hipoteticamente, destinadas aos alunos que moram nas cidades onde essas instituições estão sediadas ou até mesmo dentro de sua região.

Outro fato importante, é que alunos que poderiam investir suas potencialidades profissionais em suas cidades, acabam se deslocando para os grandes centros a fim de poderem terminar seus estudos. Além disso, o rompimento dos vínculos familiares ocorre pela distância que separa o jovem de sua família.

PROJETO DE LEI Nº 162/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Desportiva Independente, com sede no município de São Mateus do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Desportiva Independente, com sede e foro no município de São Mateus do Sul, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover o desenvolvimento eficiente e constante no sentido de incentivar todas as iniciativas de caráter esportivo-educativo para aperfeiçoamento físico, das quais advenham benefícios para o município de São Mateus do Sul e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 163/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedada qualquer forma de discriminação aos portadores do vírus HIV ou a pessoas com AIDS.

Art. 2º - Para efeito desta lei, considera-se discriminação aos portadores do vírus HIV ou as pessoas com AIDS:

I - solicitar exames para detecção do vírus HIV ou da AIDS para inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço público ou privado;

II - segregar os portadores do vírus HIV ou as pessoas com AIDS no ambiente de trabalho;

III - divulgar, por quaisquer meios, informações ou boatos que degradem a imagem social do portador do vírus HIV ou de pessoas com AIDS, sua família, grupo étnico ou social a que pertença;

IV - impedir o ingresso ou a permanência no serviço público ou privado de suspeito ou confirmado portador do vírus HIV ou pessoa com AIDS, em razão desta condição;

V - impedir a permanência do portador do vírus HIV no local de trabalho, por este motivo;

VI - recusar ou retardar o atendimento, a realização de exames ou qualquer procedimento médico ao portador do vírus HIV ou pessoas com AIDS, em razão desta condição;

VII - obrigar de forma explícita ou implícita os portadores do vírus HIV ou pessoa com AIDS a informar sobre a sua condição a funcionários hierarquicamente superiores.

Art. 3º - Todos os prontuários e os exames dos pacientes são de uso exclusivo do serviço de saúde, cabendo ao responsável técnico pelo setor garantir sua guarda e sigilo.

Parágrafo Único - O médico ou qualquer integrante da equipe de saúde que quebrar o sigilo profissional, tornando público, direta ou indiretamente, por



qualquer meio, mesmo que por intermédio de códigos, o eventual diagnóstico ou suspeita de AIDS ou do vírus HIV ficarão sujeitos às penalidades previstas nos Códigos de Ética e resoluções dos respectivos conselhos profissionais, além do previsto nesta lei.

Art. 4º - A solicitação de qualquer exame relacionado à detecção do vírus HIV ou da AIDS deverá ser precedida de esclarecimento sobre seu tipo e finalidade, sendo obrigatório o consentimento do interessado.

Art. 5º - O médico do trabalho, da empresa médica contratada ou membro da equipe de saúde, com base em critérios clínicos e epidemiológicos, deverá promover ações destinadas ao trabalhador diagnosticado como portador do vírus HIV ou com AIDS, visando:

I - adequar suas funções e eventuais condições especiais de saúde;

II - se essa medida não for possível, mudar sua atividade função ou setor, evitando a segregação, proibida no artigo 2º, inciso II desta lei.

Art. 6º - É proibido impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição de portador do vírus HIV ou pessoas com AIDS em creches, escolas, centros esportivos ou culturais, programas, cursos e demais equipamentos de uso coletivo, sejam eles públicos ou privados, em razão desta condição.

Art. 7º - Consideram-se infratores desta lei as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham concorrido para o cometimento da infração.

Art. 8º - As empresas ou entidades de direito privado que infringirem esta lei serão punidas com multa de 10.000 (dez mil) vezes o valor nominal da Unidade Fiscal do Estado do Paraná, em vigência.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A Declaração Universal de Direitos Humanos dispõe que toda pessoa tem direito a condições justas e favoráveis de trabalho, à livre escolha de emprego e à proteção contra o desemprego.. Assegura também que nenhum ser humano pode ser discriminado por razão de sexo, raça e religião, muito menos quando portador de qualquer tipo de doença.

Porém a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) apresenta características estigmatizantes que produzem efeitos indesejados no âmbito emocional, familiar, social, econômico entre outros, inclusive gerando ações de preconceito, discriminação e violação dos direitos humanos dos doentes.

Não podemos admitir situações como a solicitação de exames para a detecção do vírus HIV no ato da inscrição de concurso ou seleção; ou para impedir o ingresso de pessoas portadoras do vírus a escolas, creches ou outros equipamentos de uso coletivo, sejam eles públicos ou privados. Também não podemos permitir que a condição de portador do vírus seja motivo que leve o profissional de saúde a recusar ou retardar a realização de procedimento ou exame.

Diante disso, a sociedade e o estado tem o dever de assegurar a inclusão social das pessoas que vivem com AIDS. Considerando que a solidariedade e o combate à discriminação são a fórmula que a sociedade dispõe para minimizar o sofrimento das pessoas com AIDS, cabe ao estado a elaboração de medidas permanentes que garantam o convívio social e profissional das pessoas que vivem com AIDS.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Neto Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

Gostaria de fazer uma colocação que preocupa a todos nós. Mais uma vez insisto na questão da segurança pública no Estado do Paraná.

É lamentável que um componente do governo também acaba sendo vítima da violência que assola o povo paranaense. O secretário Renato Adur e sua esposa vítima de seqüestro relâmpago.

Quando ocupamos esta tribuna denunciando a onda crescente da violência nesse Estado, muitas pessoas fazem vistas grossas e não querem enxergar o que está diante do nosso nariz. Mais uma vez outra família é vítima da violência. Desta vez não mais um casal anônimo, mas um secretário de Estado.

Pasmem, isso aconteceu no Estado do Paraná! Volto a ocupar esta tribuna falando de segurança pública. Não é um “joão ninguém”, é um secretário de Estado que deveria estar sob a proteção do manto, do aparato da segurança pública do nosso Estado, o que lamentavelmente não ocorre.

Venho também denunciar a perseguição política que escrivães, delegados e investigadores de polícia estão sofrendo por parte do comando da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Protocoliei um requerimento para que o delegado geral, Dr. Adalton Abreu de Oliveira, reveja os critérios dessas remoções. Recebi, juntamente com outros deputados desta Casa, uma carta anônima vinda de um policial civil denunciando a transferência de pessoas que trabalharam contra o governo atual, e que estão sendo removidos de seus postos.

Quero crer que essa perseguição política não possa ter sido manifestada pelo delegado geral, que é uma pessoa honesta e que tem, sem dúvida nenhuma, um respeito

grande para com os outros que também possuem a insígnia da Polícia Civil. Mas quando vejo um delegado como o Dr. Simeão Neto do PDT, que trabalhou contra o governo, que foi candidato a deputado estadual ser transferido de Curitiba para Jaguapitã. Quando vejo, por exemplo, o delegado que atuou no caso em que o sobrinho do governador do Estado se envolveu num acidente de trânsito em Curitiba, numa madrugada de fim de semana, que também é afastado do seu cargo, eu fico preocupado.

Se esses delegados, escrivães e investigadores da polícia tivessem qualquer mácula que fosse na sua ficha enquanto servidores do Estado, até entenderia. Mas, não podemos conceber, não podemos admitir, que isso ocorra com pessoas que têm vinte, e cinco anos de serviço prestados à corporação Polícia Civil, que não tem nada que desabone essas carreiras e estão sendo perseguidos, principalmente, no momento em que está para aportar a esta Casa o projeto de reformulação do Estatuto da Polícia Civil.

Estive neste final de semana debruçado, estudando. Vamos apresentar emendas que garantam também à classe policial o direito de serem ouvidos. Nós entendemos que é justo e necessário que seja reformulado esse Estatuto que já tem mais de vinte anos.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Concedo-lhe cinco minutos do tempo da Liderança do seu Partido.

**O SR. BARBOSA NETO**

Apenas para finalizar, gostaríamos de frisar mais uma vez aqui, o que está acontecendo na Polícia Civil.

Gostaria de mais uma vez bater nessa mesma tecla e pedir a compreensão do governador do Estado para que ele possam urgentemente, nomear um secretário de Segurança Pública.

O projeto de campanha de noventa dias de acúmulo do cargo de governo quando secretário já está findando. Por isso, nós renovamos esse apelo, porque num momento em que um Secretário de Estado passa a ser vítima dos algozes que estão à solta no nosso Estado, algo de muito grave está acontecendo no Paraná.

Por isso, eu gostaria, com todo respeito, não se trata de ser a favor ou contra o governo, não me entendam por esse lado, mas de um Parlamentar que eu gostaria que fosse respeitado, não apenas pelos votos que eu tive, não apenas por entender um pouco dessa questão, mas até para própria segurança do governador do Estado e a segurança daqueles que não têm um cargo, mas que também anseiam e são vítimas da violência do Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Próximo orador inscrito, deputada Elza Correia.  
Concedo-lhe cinco minutos.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Senhor presidente, companheiros e companheiras, deputados e deputadas:

Neste final de semana, também entramos em contato com autoridades da cidade de Londrina, munícipes, representantes de associações de moradores, enfim, pessoas que dão sustentação ao nosso mandato. Mesmo estando em Curitiba, mesmo ficando aqui, com foi o caso deste final de semana, continuamos tendo contato com a nossa região, para que possamos, aqui, nesta Casa, como interlocutores dos vários municípios, tentarmos iniciativas e colocarmos problemas e situações que sejam do conhecimento de todos nós e para que juntos possamos tentar buscar encaminhamentos e soluções para esses vários problemas.

É impressionante o número de pessoas que nos ligam preocupados, realmente, com a situação da violência.

Nós, como disse o deputado Barbosa Neto, que nos antecedeu, estamos, entendendo que neste momento, deputado Dobrandino, também estamos vivendo uma guerra, uma guerra civil quase que insustentável.

É preciso investimento, ações imediatas, alguma coisa tem que ser feita. Nós não podemos mais conviver com essa situação. E não é somente o Rio de Janeiro, não é mais só São Paulo, o eixo Rio-São Paulo, é o Estado do Paraná. São todos os Estados brasileiros que estão em agonia com a questão da violência.

Nós vivenciamos uma situação que nos causa susto. O fato de tantos jovens serem assassinados diariamente, agora vítimas de balas perdidas como foi aquela jovem em São Paulo e outros jovens pelo Brasil. Isso tem que ter um fim!

Tem que haver uma coligação de esforços, nós temos que pensar no sentido das iniciativas, deputados, serem do ponto de vista mais holístico porque é uma questão que está acontecendo em todo o Brasil.

Então, temos que parar e pensar em ações que sejam de contundência, sejam de iniciativas de vários Estados, não sei se através de convênios, de ações programáticas, conjuntas, porque penso que não dá mais. Nós estamos conseguindo resolver essa situação isoladamente.

Vejam, aqui em Curitiba aconteceu a questão com o nosso secretário, então dá essa visibilidade, mas todos os dias isso acontece com trabalhadores e trabalhadoras, a todo instante.

Lá em Londrina, enquanto estava acontecendo o evento da fome zero, não sei se os deputados ficaram sabendo, o carro do programa foi roubado. Pintado Programa Fome Zero do Paraná foi roubado. Não respeitam mais nada! Acontecendo o evento do lançamento, e no pátio o carro sendo roubado, com todas as autoridades, com policiamento.

É um deboche! Já está acontecendo uma situação de deboche na nossa cara! Quer dizer que estamos perdendo essa guerra.

É uma questão que tenho pensado, estou profundamente preocupada e penso que nós temos que buscar alternativas, sabendo das carências, sabendo das dificuldades, da falta de orçamento, das estruturas que estão sucateadas em todo o Estado. Mas, nós temos que pleitear ao governo do Estado, que tem essa preocupação, mas que tome uma iniciativa, tenha uma decisão, senhores deputados e deputadas, em caráter emergencial.

Temos que parar de fazer choramingo, o muro de lamentações, falta de dinheiro, falta de estrutura e viabilizarmos uma alternativa que de fato dê conta de resolver esse problema.

Lógico, sabemos que a questão da violência não vai ser resolvida em quatro anos porque ela é muito mais profunda do que simplesmente a divisão social. Nós sabemos da questão da corrupção, e do descaso com os investimentos na área de prevenção, de crianças e adolescentes.

Embora saibamos que a questão da violência tem diversas faces, inclusive o tráfico de drogas, o tráfico de armas, nós não podemos mais ficar no mero discurso. Incomoda-me muito, profundamente, fazer simplesmente discursos em relação à questão da violência.

O diagnóstico está colocado, a situação está colocada. Nós precisamos de ações. De ações concretas, rápidas e efetivas.

Nesse sentido, gostaria de solicitar à Comissão de Segurança da Casa, que pudéssemos participar de alguma discussão, de algum debate, para que discutamos juntos, buscando alternativas para esse problema. Não dá mais para apenas ficar lamentando as dificuldades de falta de equipamentos e recursos de materiais.

É preciso uma ação concreta e para isso precisamos dar uma atenção especial a esse problema.

Estou profundamente preocupada e acho que todos os deputados e deputadas estão.

É preciso sentarmos e juntos apresentarmos alguma coisa de concreto do ponto de vista de uma ação para minimizar esse problema, porque senão não sei no que vai dar. Ontem foi o secretário Adur, amanhã pode ser qualquer um de nós desta Casa. E daí, como irá ficar?

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quero registrar e agradecer a presença das seguintes autoridades: prefeito da cidade de Sarandi, Cido Spada, do PT; acompanhado do secretário de Urbanismo, o Bueno; e do empresário Vanderli, todos lá de Sarandi, aqui representada pelo deputado Padre Paulo Campos.

Concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto, por cinco minutos.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente e senhores deputados.

Hoje vou usar esta tribuna para fazer um elogio ao ex-governador Jaime Lerner. Prestem atenção, senhores deputados! Que me perdoem os governistas e os opositores do passado e do presente, mas hoje tenho que

fazer um elogio ao governador Jaime Lerner. Trata-se do governador que mais ou menos - e vou usar um termo bem pesado - o governador que não gostava de pobres.

Dito isso, senhor presidente e senhores deputados, estive nessa semana que passou fazendo uma visita ao presidente da Sanepar, Caio Brandão, que foi indicado agora, recentemente, pelo governador Roberto Requião, e surpreendi-me ao chegar na Sanepar, até pela transparência da Sanepar. Presidente, deputada Elza, deputado Barbosa, estava tratando exatamente sobre a questão dos problemas lá em Londrina, do vazamento que teve da Sanepar. E havia uma reunião entre um grupo de franceses e mais alguns técnicos da Sanepar. E o presidente nos convidou para participar da reunião, em uma atitude que achei interessante e que deve ser elogiada aqui; não deixou um deputado esperando mas o fez participar da reunião, mostrando a transparência com que a Sanepar está tratando o povo do Paraná, a partir de agora.

E depois da reunião, fomos saber mais sobre a tarifa social, que era o real motivo da nossa visita àquele presidente, para saber dele por que é que a Sanepar não gosta de cumprir a tarifa social. E aí o presidente já havia se antecipado e nos mostrou números que nos assustaram! Abri este pronunciamento dizendo que o Jaime Lerner merecia um elogio, o elogio de não gostar dos pobres do Paraná. Esse é o elogio que queria fazer para ele, porque no governo dele, senhores deputados, na saída do governador Requião do governo anterior ao Lerner, tínhamos sessenta mil economias, sessenta mil pessoas que podiam e utilizavam a tarifa social da Sanepar. E ao entrar esse novo governo de oito anos, o que vimos foi uma verdadeira vergonha. A tarifa social, deputado Nereu Moura, chegou a seus mil, apenas, durante o governo do Jaime Lerner. Caiu de sessenta para seis, sendo que tinha picos de dez, doze, quinze, mas manteve-se em um ritmo de cinco a seis mil pessoas que tinham direito à tarifa social.

Isso são dados da Sanepar! Quer dizer que as pessoas mais humildes, as mais pobres, não conseguiam ter direito à tarifa social, porque a Sanepar inventou um jeito de burlar a lei que esta Casa fez. Porque esta Casa fez uma lei dando alguns requisitos para as pessoas terem direito à tarifa social. E o grande governador do Estado, através do presidente da Sanepar e sua diretoria e aqueles franceses de lá, inventaram algumas coisas que eram obrigadas ao povo fazer. Por exemplo, não podia ter uma antena parabólica, não podia ter um telefone, porque tudo isso não entrava na tarifa social.

Então, senhor presidente, a lei feita nesta Casa foi desrespeitada. A Sanepar desrespeitou uma lei deste Parlamento, ao mesmo tempo em que as pessoas mais humildes não tinham direito à tarifa social. Eu não entendi, mas no final do governo, quando estava apagando-se as velas, aí subiu para vinte mil de novo e se mantém, hoje, nos trinta mil. Mas isso é um absurdo, deputada Cida Borghetti. É um absurdo as pessoas mais humildes não terem direito a uma tarifa social, que deter-

mina a lei que as pessoas que tenham casa até sessenta metros quadrados, que ganham até dois salários mínimos e que não consumam mais de dez metros de água tenham sido colocadas de fora durante o tempo em que o Sr. Jaime Lerner governou o Estado do Paraná.

Então, só chego à conclusão de que o senhor Jaime Lerner, uma vez eu briguei com ele lá em Ponta Grossa e disseram que eu era louco, mas acho que é uma loucura boa, se eu soubesse disso, quem sabe, não tinha brigado antes com ele, porque é uma vergonha o que está passando o povo do Paraná. E agora com essa nova gestão que me parece muito transparente, muito dedicada, do Caio Brandão, vai fazer com que as pessoas mais humildes tenham direito à tarifa social.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Consulto V. Exa. se deseja usar o Horário da Liderança para conceder apartes que foram pedidos?

**O SR. JOCELITO CANTO**

Consulto o nosso líder se posso fazer uso do Horário da Liderança?

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Concedo mais cinco minutos para V. Exa., horário partidário.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Então, senhor presidente, o que estamos falando aqui é de uma lei que não foi cumprida pela Sanepar nos últimos anos e que colocou as pessoas mais humildes em segundo plano.

**O Sr. Fernando Ribas Carli**

Deputado Jocelito Canto, é muito oportuna a sua participação na tribuna desta Casa levantando uma questão que, realmente, aflige aquelas famílias de baixa renda e que nunca contaram com a sensibilidade dos diretores da Sanepar, sejam lá quem forem: se franceses, se brasileiros. Enfim, lá deveriam estar pessoas com sensibilidade para saber do sofrimento desse povo que não consegue pagar pela sua conta de água. Nós que fazemos um trabalho junto às populações dos bairros, as pessoas desassistidas, sabemos quão difícil é pagar a tarifa de água, em cima da tarifa de água mais 80% pelo esgotamento sanitário. É um aposentado que muitas vezes, muitas vezes não recebe R\$200,00 tem que pagar a sua conta de água e mais a conta do esgotamento sanitário, chegando por volta de quarenta reais, água e esgoto, mais a conta de luz. Presidente Stica, como fica o remédio que ele tem que pagar? Não sobra para o remédio.

Mas, quero parabenizar o deputado Jocelito Canto pela oportunidade, pela sua determinação em defender algo que nós também estamos trabalhando já há bastante tempo. Somos autores de dois projetos que se transformaram em lei, porque projetos foram vetados. E veja,

deputado, eu fazia parte da base de apoio, mas os meus dois projetos foram vetados.

**O SR. JOCELITO CANTO**

E não foram cumpridos, deputados.

**O Sr. Fernando Ribas Carli**

Exatamente. Os meus projetos foram vetados. Mas, em setembro do ano passado, ao retornar para esta Casa, esta Casa derrubou o veto. E esta Casa promulgou aquelas duas leis. Uma delas é autorizativa, autoriza o Governo do Estado a determinar a Sanepar a cobrar somente 50% pelo esgotamento sanitário, pior, em Curitiba, chega a 85 e 90%. Existe essa lei autorizativa, tudo bem, é autorizativa, não podemos exigir e nem pedir e muitas vezes solicitar que a Sanepar cumpra, é autorizativa. Mas, existe uma outra lei e essa tem que ser cumprida, deputados, e que até hoje a Sanepar não está cumprindo, que é a que veda a cobrança das famigeradas tarifas mínimas, não só na conta de água, como também na conta de luz e também nas contas de telefone. Então, as empresas de telefonia, tanto celular como fixa, não podem mais cobrar aquela famigerada assinatura, quando você passa de uma quantidade de ligações, você paga um impulso. Agora, se a sua casa ficar fechada, ela vai te cobrar o mesmo valor e no mês seguinte não te deduz nada, é uma lei que está em vigor. E o pior, deputado, é que as pessoas vão aos escritórios da Sanepar, já iam antes, continuam indo agora, e os funcionários da Sanepar sabem o que dizem? Resposta: essa lei não vale nada! Vejam os senhores!

Então, é importante que esta Casa se pronuncie, que esta Casa, realmente, cobre não só da Sanepar, como da Copel, das empresas de telefonia, pela não-cobrança da tarifa mínima, porque o Código de Defesa do Consumidor já diz que devemos pagar somente pelo que consumimos. E hoje a Sanepar cobra uma tarifa mínima de 10 metros cúbicos e muitas vezes as pessoas não consomem isto, e sabe por que, deputado Jocelito Canto? Porque existe uma determinação, uma recomendação da Organização Mundial de Saúde que diz que uma família para ter um bom provimento de água, para consumir na alimentação, consumir na sua higiene pessoal, deve consumir dez metros cúbicos de água por mês e a Sanepar se arvorou no direito de dizer que é a Organização Mundial de Saúde que exige que seja cobrado dez metros cúbicos, quando na verdade é uma recomendação para o bem que a Sanepar transforma numa recomendação para o mal, sacrificando a população.

Então, quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento e pedir para esta Casa que todos nós nos unamos para que as leis sejam cumpridas. Não podemos mais suportar que órgãos da administração desrespeitem a lei, simplesmente dizendo: esta lei não vale. Meu Deus, onde nós estamos? Estamos aqui legislando, defendendo os interesses da população e um burocrata de plantão chega e diz que a lei não vale.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento. Vejo que mais pessoas se somam a esta preocupação de defender os interesses daqueles que mais necessitam da mão estendida do Poder Público.

Muito obrigado, deputado Jocelito Canto.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado senhor presidente, muito obrigado deputado Fernando Ribas Carli. É de fundamental importância que esta Casa discuta esta lei que o senhor acabou de falar, que não está sendo cumprida e ao mesmo tempo cumprimentar o governo do Estado, que de forma corajosa retomou a Sanepar, a Sanepar que é do povo do Paraná, e que a principal meta da Sanepar é exatamente esta, cuidar das pessoas que mais precisam.

Encerro dizendo que o nosso ex-governador Jaime Lerner não gostava dos pobres, não gostava das pessoas mais humildes e por isso não fazia cumprir a lei que tinha que ser cumprida. As leis que interessavam a ele, ele fazia cumprir. Agora, as leis que eram do interesse do povo ele não fazia cumprir.

Por isso, senhor presidente, agradeço e gostaria que o novo presidente da Sanepar mantivesse esta postura que está mantendo, acima de tudo de transparência e devolver a Sanepar ao povo que mais precisa porque água e esgoto é uma necessidade e uma prioridade do povo do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Mesa registra e agradece as presenças do deputado federal Ricardo Barros, também do prefeito de Foz do Iguaçu, prefeito Sâmis da Silva, ex-deputado e filho do nosso deputado Dobrandino da Silva. Muito obrigado pelas presenças.

Passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

Passamos ao Horário das Lideranças Partidárias: PL, PSC, PSL, PPS.

(Declinam)

#### O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Quero registrar a presença do deputado Haully que está presente aqui. Não podemos deixar de registrar a presença desse grande deputado federal aqui presente.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos, deputado Jocelito, o registro da presença do deputado Haully, da região de Londrina. Muito obrigado pela presença.

PDT com a palavra. Deputado Barbosa Neto estava inscrito no Grande Expediente, não fez uso dos cinco minutos, e portanto tem, se assim o desejar.

#### O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, abro mão e também aproveito para registrar a presença do prefeito de Ibiporã, Nado Riberetti, que também está conosco no dia de hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos a presença do prefeito de Ibiporã.

Horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, PT. Fará uso da palavra o deputado Elton Welter, representante de Toledo e adjacências.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores e senhoras, membros da Mesa neste momento, senhoras deputadas, senhores deputados, imprensa presente, povo do Paraná, venho aqui representando o Partido dos Trabalhadores, com a permissão da nossa líder, Luciana Rafagnin, falar de um assunto ligado a nossa cidade, a nossa região e com certeza tem afinidade com o dia-a-dia de cada deputado.

(Lê):

“Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, profissionais da imprensa, assessores parlamentares, funcionários da Casa, cidadãos paranaenses.

Quando o povo paranaense nos concedeu a missão de ser seu legítimo representante nesta nobre Casa de Leis, tomou sua decisão baseado na história política e nas ações que vínhamos apresentando. Ações estas, afinadas com o enorme desejo de mudança que preenchia os sonhos dos brasileiros.

Dentre as inúmeras propostas apresentadas, uma merece ser lembrada nesta tribuna, em decorrência do comportamento demagógico de alguns políticos, a de que: o mandato popular deve ser exercido com caráter pedagógico. Ou seja, ele deve servir como canal de informação e formação política para a sociedade.

Deputados tentando atribuir para si funções executivas é algo demagógico, que só serve para desinformar e confundir a população.

Podemos auxiliar e indicar o caminho das pedras para os prefeitos e seus secretários, mas está na hora de parar de dizer a população que fomos, nos parlamentares, os responsáveis da liberação de recursos.

Os famosos “chequinhos”, alegadamente trazidos por deputados aos municípios, não passam de demagogia.

Foi como parlamentar responsável, fiel aos seus princípios, coerente com as atribuições de deputado e honesto com a população que nos posicionamos durante a última semana, em relação a dois fatos que monopolizaram os jornais e os noticiários de rádio e TV de Toledo.

- O bloqueio de duas parcelas do ICMS estadual destinado ao município de Toledo;

- E a suspensão de três novos cursos da Unioeste também na cidade de Toledo, bem como dois na cidade de Cascavel.

Quanto ao primeiro fato (Bloqueio do ICMS), foi preciso dizer a população de Toledo que cabe exclusivamente ao Executivo Municipal a atribuição de, administrativamente, prestar contas de todos os programas do município, ainda que de gestões anteriores.

O município de Toledo firmou, ainda no ano de 1996, dois convênios com a Secretaria de Estado da Agri-

cultura e do Abastecimento com a finalidade de readequar estradas, mas a administração da época utilizou uma parte dos recursos para pagamento de pessoal, como apurou perícia contábil.

A atual administração municipal de Toledo, que assumiu em janeiro de 1997 e foi reeleita em 2000, alega que concluiu as obras com recursos próprios. Mas até hoje não prestou contas disto, conforme demonstrou a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

E o atual prefeito foi, reiteradamente, notificado para prestar as devidas informações.

Se as obras foram realizadas, porque não foi feita a devida prestação de contas?

Assim como, ao que parece, houve uma deliberada intenção de criar um fato político, ainda que com prejuízo a todos os munícipes, dizer que deputado “X” resolverá a questão e que deputado “Y” não resolve nada, é mais uma tentativa de desinformar a população, e mais, de criar proveito político de forma demagógica.

O segundo fato, e certamente mais controvertido, refere-se a suspensão dos cursos de Psicologia, Música e Teatro para o campus de Toledo e dos dois últimos para Cascavel, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a nossa Unioeste.

Os referidos cursos foram criados ao apagar das luzes do último governo estadual e os atos nem mesmo publicados foram.

Fizemos todos os esforços, juntamente com os deputados Nereu Moura, Ademir Bier, Dobrandino da Silva e Ângelo Vanhoni para que uma saída fosse alcançada, tendo em vista que mais de oitocentos candidatos já haviam se inscrito para o vestibular que se realizou no último final de semana.

Mas a decisão do governador Requião foi de suspender os cursos, pois neste governo não se pretende repetir os erros do governo anterior, como aconteceu com outros cursos implantados sem qualquer planejamento, sem previsão orçamentária, atendendo apenas interesses políticos, e que resultaram em prejuízo aos estudantes, como a falta de professores e à população em geral, pois a Unioeste permaneceu em greve durante longos seis meses, não por culpa dos docentes, mas de um governo irresponsável.

Agora atribui-se a este deputado falta de força política; de que fomos impotentes; de que fomos omisso; de que mudamos de postura, abandonando uma de nossas causas - a Unioeste.

Senhor presidente, companheiro Nereu Moura nós vamos sempre defender a lógica do planejamento do Estado, a otimização dos recursos que sabemos que são escassos mas não admitiremos a demagogia!

Percebo isso hoje na explanação do secretário de Desenvolvimento Urbano, Renato Adur, na visão política que o novo governo tem e que o ministro das Cidades também tem que é aplicar o dinheiro de forma planejada e organizada, sem demagogia política! Essa é a nossa visão do governo Requião, essa é a visão que nós temos,

como deputado novo, que quer que o dinheiro público seja aplicado com coerência e decência, no Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis), de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 495, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando votação em separado da Proposição nº 096/2002, do Veto apostado ao Projeto de Lei nº 113/1999. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

V. Exa. está encaminhando o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O requerimento do deputado Augustinho Zucchi pedindo votação em separado ao Projeto de Lei nº 113/1999.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, achei que V. Exa. estava colocando em votação os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação o requerimento do deputado Augustinho Zucchi.

**Aprovado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Só queria registrar a presença do prefeito do PT de Porecatu, Dionísio dos Santos de Souza e o secretário da Fazenda, Gerson da Silva, que o acompanha.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos as presenças do prefeito e do secretário que o acompanha.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, está numa reunião com o governador e com o ministro das Cidades, que hoje visita o Paraná o ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. E o deputado Vanhoni nos orientou para que pedíssemos à Assembléia Legislativa que votasse pela manutenção dos vetos que estão sendo apreciados hoje. Todos eles vetados por ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, por vícios de origem como por exemplo a inconstitucionalidade e por aí afora, senhor presidente.

Todos os vetos que estão sendo apreciados conforme análise da assessoria da liderança do Governo, não preenchem os requisitos. Por isso, a Liderança do Governo está pedindo que os deputados votem "SIM", pela manutenção dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Requerimento nº 501 a ser votado, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, ressaltando o item nº 07 que será votado em separado, conforme decisão do Plenário.

Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

Teremos a votação em bloco de todos os itens, menos o nº 07, que será votado em separado.

O SR. AUGUTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Solicito a V. Exa. que coloque em votação o item nº 07, já que foi aprovado pelo Plenário, para depois votar em bloco, e já peço antecipadamente a palavra para que possa encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Mesa vai encaminhar a votação em separado, primeiramente do item 07.

## ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 096/2002 veto aposto ao Projeto de Lei nº 113/1999, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que cria cursos preparatórios ao vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus, da rede pública. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 270/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 134/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 113/1999, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que ficam criados, nas escolas de 2º grau da rede pública estadual, a partir do ano letivo de 2002, cursos preparatórios ao vestibular.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, considerando a medida inexequível, porque sua implantação demandaria grande soma de recursos financeiros, não previstos na Lei Orçamentária, assim como ampliação dos quadros docentes dos estabelecimentos de ensino e, também onerosas despesas em adaptações de espaços físicos para tal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 113/1999, encontra-se publicado no DA nº 049/2002, de 24/04/2002, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 096/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 113/1999, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que cria cursos preparatórios ao vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus, da rede pública.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Em discussão.

Para discutir, com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Queria fazer um apelo aos parlamentares, porque agora há pouco, tivemos pela manhã, naquele Fórum com os prefeitos do Paraná e um dos itens que a equipe do governo do Iparde, enfim, de todos os órgãos que trabalham com os índices de desenvolvimento do Estado, um dos itens que mais chamou a atenção foi com relação à questão educacional.

Lá estava escrito que o Paraná encontra-se atrás de inúmeros outros Estados e - palavras textuais do governador - alguns municípios do Paraná se equivalem a municípios do Piauí e Rio Grande do Norte. Está escrito: 4,9 anos por cidadão em média é o que temos de instrução a nível geral no Paraná.

Pois bem, senhor presidente, apresentei há cinco anos atrás, um projeto de lei estabelecendo cursinho gratuito para estudantes das escolas públicas do Paraná e esse cursinho gratuito não teria - como argumento para o veto, na época - que se fazer novos prédios escolares, não teria que se fazer um gasto que pudesse justificar o veto a esse projeto, como foi colocado anteriormente.

Perdoe-me, deputado Nereu Moura, não há inconstitucionalidade no projeto. Há sim, por parte da população do Paraná, uma grande vontade de corrigir este, que é a primeira injustiça. Aqui na Assembléia são colocados projetos, como foi colocado no Rio de Janeiro, para que 50% das vagas nas escolas públicas, nas universidades, sejam dadas a estudantes que passem pela escola pública de 2º grau. Há uma inversão de prioridade.

O aluno que não tem condições de pagar um bom cursinho, uma boa escola particular, geralmente passa na universidade particular e aí não tem condição de pagar a universidade, ao contrário, aquele que tem uma boa escola particular tem bom recurso para fazer o seu estudo de 2º grau, faz um ótimo cursinho, passa, via de regra, em escola públicas, nas nossas universidades, na nossa Universidade Federal, razão pela qual, e pergunto aos companheiros, todo dia nos cercam no corredor lá no interior e em qualquer lugar e nos pedem a tal bolsa de estudo que já não existe mais. Pois bem: se queremos melhorar, se queremos dar um pouco de justiça nessa questão da escola pública, vamos começar por baixo. Quantos alunos não podem fazer um cursinho particular? Quantos estudantes não podem prestar um vestibular em igualdade de condições com outros estudantes, porque não têm essa oportunidade?

Veja bem, estudantes que não têm essa possibilidade porque não conseguem chegar à escola pública, não conseguem chegar à universidade pública e, portanto, não fazem. Eu sou um exemplo. Eu, se tivesse que fazer cursinho, não teria feito Agronomia, não tinha eu essa condi-

ção. Agora, a Universidade Estadual de Londrina que viu essa discrepância que existe na sociedade, fez lá um cursinho gratuito. A Universidade Estadual de Londrina fez lá um cursinho gratuito! Não precisou cobrar do Estado, não precisou fazer uma nova universidade. Assim fiz, pautado na idéia da Universidade de Londrina, e na Escola Estadual Augustinho Pereira, de Pato Branco, cujos professores fizeram, de forma voluntária, o cursinho que chegou a aprovar cerca de 40% dos seus alunos.

Portanto é uma questão de justiça! Falamos aqui, sempre, que nossos estudantes não têm condições de ir para a escola pública. Falamos, aqui, que nossos estudantes são barrados para chegar na universidade. Então por que não fazemos o cursinho gratuito nas escolas públicas, nos colégios de 2º grau? O Projeto é claro: "na rede estadual de ensino". Mas apenas nas cidades pólos, visando receber a matrícula dos alunos. É fácil. É apenas discutir a idéia e fazer com que tenhamos em todo o recanto do Paraná um grupo de professores ministrando o cursinho gratuito. E vamos diminuir esta diferença absurda que há entre aqueles que podem pagar e a grande maioria que não têm essa condição.

Qual é o pequeno agricultor que pode dar um cursinho para seu filho de 400 reais por mês e mais a estadia? Mais tudo aquilo que se tem que fazer durante o ano para se preparar para o vestibular!

Então, as regiões do Paraná ficam alijadas de virem os seus filhos na universidade. Acho que se queremos começar a diminuir essa diferença, vamos fazer. Não é inconstitucional, não vai gerar gasto para o Estado, vai gerar apenas organização de muitos daqueles que já querem, por conta própria fazer. Daqui a pouco nós, na Assembléia, vamos rejeitar um projeto, uma idéia, vamos rejeitar aquilo que a população está tomando, por conta própria, a iniciativa de fazer.

Concedo aparte ao deputado André Vargas.

**O Sr. André Vargas**

O projeto de V. Exa. é um projeto importante, mas o fato é que iniciativas como essa estão sendo tomadas inclusive pela sociedade civil. Em Londrina temos um grupo que atua na Região Sul que pratica, inclusive, esse trabalho voluntário, no sentido de preparar os jovens para o vestibular, jovens de escolas públicas que muitas vezes não têm a condição de competir com os demais. No entanto, deputado Augustinho Zucchi, a questão central é essa mesmo. A questão central é abrir o debate, abrir a possibilidade de discutirmos isso como um caminho a ser implementado ainda que tenha - e reconhecemos que tem - um vício de iniciativa, a própria questão dos recursos. Mas é preciso centralizar e fazer um debate profundo sobre isso.

Proponho, inclusive, ao nosso presidente da Comissão de Educação, deputado Tadeu Veneri e à Comissão de Educação que faça, o mais rápido possível, independente do resultado da votação, um debate sobre o acesso à universidade. Já que o debate sobre cotas não é



um debate que seja aprofundado em relação a cotas sobre escola pública.

Louvo a iniciativa de V. Exa. Não estava aqui na época, mas é um debate que em Londrina ocorre com profundidade.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Concedo aparte ao deputado Jocelito Canto.

**O Sr. Jocelito Canto**

Gostaria de cumprimentar V. Exa. por esse projeto, também não estava aqui, como disse o nobre deputado André Vargas, e tudo que for do interesse da educação no Paraná e das pessoas mais simples, que não têm acesso aos cursinhos, sou favorável. Gostaria de registrar aqui que estarei votando ao seu lado neste momento, acho que é importante, fundamental e terá o meu apoio na votação na seqüência.

Muito obrigado.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Muito obrigado e quero agradecer também as ponderações do deputado André Vargas, e dizer o seguinte: sábado, recebi a ligação de um professor do Colégio Estadual, que não conheço, mas me disse ele o seguinte: “Pena, deputado, que o senhor não fez uma mobilização, que estaríamos lá, lotando as galerias da Assembléia Legislativa, porque o Colégio Estadual do Paraná, também tem uma idéia embrionária nesse sentido.

Não há mais razão, essa aprovação dessa lei não ingessa o Estado, o corpo da lei não diz isso, mas abre àquilo que o deputado André Vargas falou, há discussão. O Estado tem que discutir isso. Nós temos a obrigação de discutir essa questão, para que possamos dar a oportunidade a esses jovens carentes, que eles tenham a condição, a possibilidade de fazer o cursinho. Até porque se não nós estaremos em dívida, na minha opinião, com relação a essa questão. Todos nos procuram para bolsa de estudos, nós não temos essa condição. E, quando temos a condição, através do poder público, de fazer alguma coisa para que o nosso estudante possa chegar à Universidade, acho que é de obrigação nossa.

Vai ao encontro, deputado Nereu, com aquilo que disse o governador hoje pela manhã, e pediria ao deputado Ângelo Vanhoni, com a ponderação que lhe é peculiar, que V. Exa. pudesse liberar a bancada do governo, para que pudéssemos votar esse veto que foi apostado ao projeto, há algum tempo atrás, não foi pelo governo atual, foi pelo governador Jaime Lerner, e que nós tenhamos condição de fazer com que isso possa acontecer no Paraná.

**O Sr. Neivo Beraldin**

Quero cumprimentar V. Exa. pelas ponderações ao mesmo tempo anunciar que o PDT, recomendar, inclusive, na condição de líder, para que o PDT vote com V. Exa. nesse projeto, que é importante para nossos jovens.

**O Sr. Ailton Araújo**

Quero lamentar que o ex-governador tenha vetado um projeto de tamanha importância. Entre se conceder cotas para alunos que vêm da escola pública e se dar o direito de ter um cursinho, prefiro que ele tenha um cursinho. Ao invés de se dar cotas, que se dê condições. Ainda porque entendo, como V. Exa., que não precisamos criar escolas. Segundo, para ministrar o cursinho nós não precisamos de muitos professores. É um grupo mais limitado, e quando se leciona para cursinho, os nossos cursinhos não funcionam com trinta, cinquenta alunos. funcionam com cento e poucos alunos. O porquê da necessidade? Não é que as escolas públicas não tenham competência. É que no cursinho é revisado a matéria desde o primeiro até o terceiro ano. São vistas as matérias mais específicas que são pedidas nos vestibulares.

Então os nossos alunos não são preparados para enfrentar essa competitividade. O Estado tem condições sem trazer ônus maior. É uma questão de sensibilidade política atender a necessidade dos carentes.

Muito obrigado.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Agradeço imensamente o seu aparte, deputado Ailton Araújo e também do deputado Neivo Beraldin, que nos dá solidariedade nesse projeto. É tão importante aquilo que falou V. Exa. veja bem, não vai precisar contratar professores. Você pode adequar os professores da rede pública, porque já estão alguns fazendo por vontade própria. Não vai ter custo do ponto de vista da construção física para espaço.

Então, acho que é possível tomarmos essa iniciativa no Paraná, e sou favorável àquilo que V. Exa. falou, deputado Ailton, cotas, acontece o que está acontecendo no Rio de Janeiro. Inscrevem-se para as cotas aqueles que muitas vezes não precisam. Aí vai para a justiça, para provar se precisa ou não. Antes das cotas, vamos dar oportunidade às pessoas de disputarem, em igualdade de condições, as vagas que as universidades oferecem.

Concedo um aparte ao deputado Artagão de Matos Júnior.

**O Sr. Artagão de Matos Júnior**

A nível de esclarecimentos, o foco principal do seu projeto, entendo ser muito inteligente e muito necessário à nossa sociedade. Mas entendo que aqui está havendo uma inversão de prioridades. Na realidade, não seria o cursinho tão somente necessário para colocarmos os estudantes do ensino público no mesmo nível do ensino particular? Se fizermos um teste ao final da vida estudantil do ensino público e do particular, poderemos ver uma diferença muito grande do nível de ensinamento de uma para outra.

Pergunto: os professores que ministrariam seriam professores que já pertencem ao quadro do Estado? Haja vista que os cursinhos hoje preparatórios que temos na

iniciativa particular, professores chegam a ganhar 20 a 30 mil reais, porque se especializam nessa atividade.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Não vamos criar uma nova estrutura. O Estado vai adaptar esta lei à sua possibilidade.

Agora, quem disse que os professores de Londrina não são capacitados o suficiente para ministrar um cursinho gratuito como já ministram lá? Cujo índice de aprovação é maior que o cursinho particular? Quem disse que os professores da Rede Pública Estadual não são competentes para ministrar? Há alguma deficiência na escola pública?

Falta valorizarmos o ensino público e gratuito. Temos que defender a escola pública com o mesmo peso que as escolas particulares são defendidas. Por quê? Porque desta forma teremos qualificação profissional, engajamento da comunidade para transformar a escola pública numa escola de qualidade.

O projeto se soma até para suprir as dificuldades que tivemos na escola pública, é até uma forma de compensação.

Concedo um aparte ao deputado Barbosa Neto.

**O Sr. Barbosa Neto**

Gostaria de louvar aqui a iniciativa do deputado Augustinho Zucchi e fazer uma intervenção, justamente de quem conhece o cursinho gratuito da Universidade de Londrina, onde os resultados surpreenderam os próprios professores.

Qualquer tipo de investimento em educação compensa aquela parte que vai ficar em ônus. Temos hoje uma preocupação com a educação e, principalmente em relação aos cursinhos. Em Londrina existem professores que fizeram uma cooperativa, cobram preço de custo apenas das apostilas para que os alunos possam ter oportunidade de concorrer em condições de igualdade, justamente aqueles que vêm das escolas públicas.

Em nome dos deputados Ratinho Júnior, Jocelito Canto, Reni Pereira e também Luciano Ducci, estaremos votando a favor do seu projeto.

Muito obrigado!

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Um dos pontos de estrangulamento da educação pública estadual, principalmente a de nível superior, é aquilo que o Estado gasta com as nossas Universidades Estaduais. Não podemos solicitar a contrapartida do corpo docente da Universidade que nos ajude com relação a um projeto, um programa de Estado de cursinho gratuito? Podemos. As apostilas que o deputado Barbosa Neto falou, o Estado não tem a imprensa oficial? Quantos estudantes não têm apostila para estudar e prestar o vestibular? Será que num programa gerenciado pelo Estado isso não poderia ser uma realidade, sem custo adicional? Poderia ser.

É um projeto importante e esta Casa tem uma grande oportunidade de dar uma demonstração de solidariedade aos nossos estudantes.

Lá em Pato Branco professores de forma espontânea, sem cobrar absolutamente nada se reuniam e davam aulas à noite. Achei isso extraordinário.

Será que eles não atenderiam um chamamento do Estado, num programa que pudesse ajudá-los? Claro que fariam.

Deputado Ângelo Vanhoni, V. Exa. tem uma ligação profunda com a questão da educação. Sabe o diferencial entre a informação e a não-informação. Sabe o diferencial em ser excluído e incluído pelo poder público que existe.

Quero pedir a V. Exa. que nos ajude nessa proposta. Porque o governo poderá fazer da forma que quiser. Mas vamos abrir essa discussão no Paraná. Vamos ajudar esses milhares de jovens que encontram-se aí querendo fazer um cursinho para adentrar em uma faculdade.

Faço um apelo aos deputados que votem NÃO ao veto, e que possamos fazer valer esta iniciativa no Paraná, que será uma iniciativa desta Casa, com a qual divido a honra de representar com V. Exas. aqui.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Para encaminhar a votação, líder do governo deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Caro deputado Augustinho Zucchi, sei dos seus compromissos com o avanço da civilização. E não há nada que possa significar o avanço da civilização, nada mais poderoso do que o investimento em educação, sobre tudo na educação pública, gratuita. É uma conquista da República, conquista universal da civilização ocidental.

No semestre passado, nos anos que passaram, essa Assembléia foi palco e votamos alguns projetos com um conteúdo muito meritório. A criação de cursos superiores. A demanda existente na Região Oeste do Paraná, na Região de Ponta Grossa. Aprovamos uma lei unificando todas as faculdades isoladas. Estadualizando algumas fundações e algumas faculdades particulares do Estado do Paraná.

O senhor é testemunha, não é o seu projeto, mas o quanto esta Casa foi irresponsável no trato do ensino superior no Estado do Paraná. É como se a demanda de uma região apenas por um curso superior, pela sua implantação, desembocasse nesta Casa e nós aprovássemos a lei e o governador Jaime Lerner e o seu secretário implantasse o curso sem nenhum estudo de viabilidade técnica.

Pior do que isso, deputado Augustinho Zucchi, sem nenhum estudo do desenvolvimento do Estado do Paraná do ponto de vista estratégico. Cursos que foram criados sem nenhuma relação com a produção local.

Sou de uma região, região do litoral, Paranaguá, que há muito tempo deveria ter um curso técnico para capacitação na área de serviços e na área de gastronomia. Porque Paranaguá e o litoral, como algumas poucas regiões do Estado é onde que no imaginário do povo paranaense existe uma comida típica, que são os produtos oriundos do mar. Nós não temos um curso técnico para formação de garçons em Paranaguá, sequer para lidar com a cozinha, com a gastronomia típica daquela região.

Não estou falando de nenhum curso ligado à indústria pesqueira, que poderia ser um curso qualquer em nível superior e não para o desenvolvimento da nossa região.

No entanto, eu sei, que para fazer uma discussão sobre o ensino, sobre a educação, é preciso que o Estado planeje, consiga desenvolver isso do ponto de vista planejado em relação às suas necessidades.

Hoje o Estado do Paraná tem seis universidades públicas estaduais. Há uma distorção em relação a outros Estados.

O ministro do Rio Grande do Sul, ministro da Cidade, que estava aqui até poucos minutos atrás, nos contava que no Rio Grande do Sul tem cinco universidades federais e uma estadual, criada no seu governo. Existem seis universidades e só uma é estadual!

O custo que o Estado do Paraná, que os contribuintes do Estado do Paraná têm no ensino superior é na ordem de quinhentos milhões de reais/ano. É um custo alto para o nosso Estado. Outros Estados com a mesma arrecadação não têm esse custo.

Mas, V. Exa, aborda um problema, que é um problema estrutural da educação brasileira. Quando V. Exa. traz para discussão na Assembléia que os estudantes das escolas públicas do Estado do Paraná, que são aqueles muitas vezes, infelizmente, no nosso país, na nossa rede de ensino, são aqueles que não têm poder aquisitivo para buscar um ensino de melhor qualidade na escola privada, esses alunos deveriam ter um curso de qualificação para prestar vestibular.

Ora, aparentemente, deputado Augustinho Zucchi, vamos fazer justiça ao instituir a sua idéia, ao garantir que a estrutura do ensino fundamental e básico do Estado do Paraná qualifique os estudantes para prestar vestibular num cursinho preparatório público.

Mas, vamos fazer a discussão de frente, deputado Augustinho Zucchi.

Em primeiro lugar, se os estudantes, hoje, têm que fazer cursinho preparatório para entrar no vestibular por qual será a razão? A razão é uma só: o ensino médio é muito debilitado no nosso Estado! É muito debilitado no Brasil!

O senhor vai me dizer e corretamente: “Mas, Vanhoni, isso não resolve o problema, porque a estrutura do ensino superior, o gargalo que tem no ensino superior impõe uma competição entre os estudantes que exclui a maioria dos estudantes que estão nas escolas públicas.”

É verdade, o seu argumento, essa resposta é plena de verdade, mas eu diria para o senhor o seguinte: para nós resolvermos esse problema não é com curso preparatório da universidade, nem particular e nem público, porque se adotássemos o curso público, nós iríamos, na realidade, fazer uma concorrência e institucionalizar que o acesso ao ensino superior fosse única e exclusivamente da forma como está se dando no nosso país.

O ministro da Educação, Cristóvão Buarque, tem no seu projeto de reestruturação do ensino superior no nosso país, a mudança de critérios para fazer com que os jovens que saem do ensino médio possam ingressar nas universidades públicas do nosso país.

Não quero nem entrar nessa discussão, mas a discussão das cotas carrega muito mais justiça do que, propriamente, os cursinhos preparatórios.

Eu diria a V. Exa. que para o governo do Estado implantar um cursinho de ensino preparatório, não é possível hoje. Não é possível por uma única razão e que V. Exa. conhece e vai concordar comigo: esta demanda criaria uma despesa, a qual o Estado do Paraná, hoje, não tem condições de arcar e estaria de certa maneira distorcendo a ação principal da Secretaria da Educação e as finalidades de um governo sério no tratamento da educação, que é de fomentar e de preparar melhor o ensino médio no nosso Estado. O centro de política educacional deste governo, não é criar subterfúgios.

Vou-lhe dar um exemplo: veio a esta Assembléia e está aqui o deputado Welter e o deputado Dobrandino, há uma demanda da Universidade de Cascavel e uma lei que foi aprovada no final do governo, da criação de quatro novos cursos da Unioeste.

Perguntaria para o senhor: se formos perguntar para um prefeito, para a Associação Comercial, para os prefeitos da região, para a comunidade educacional que querem aquele curso, se essa demanda é verdadeira ou não é verdadeira? Todos iriam dizer que é verdadeira, que é uma necessidade.

Mas te pergunto: planeja-se o ensino superior do Estado do Paraná desta maneira? Ou tem razão o governador do Estado, ou tem razão o secretário da Ciência e Tecnologia que diz o seguinte: deputados, a nossa prioridade é qualificar melhor os cursos que já existem; que não têm laboratórios; que os professores ganham péssimos salários; que as condições estruturais das universidades são as piores possíveis.

Porque, infelizmente, nesses últimos oito anos, investimentos necessários não foram realizados para qualificar o ensino superior do nosso Estado.

O senhor falou da Universidade de Londrina. Está aqui o deputado André Vargas, de Londrina. A UEL não recebe investimentos em infra-estrutura há seis anos!

Não há recursos sequer para capinar o mato dentro do campus da universidade. Quicá para equipar os laboratórios que são importantes para a formulação técnica e difundir o conhecimento que a humanidade consolidou através das universidades.

Então, diria para V. Exa. que o mérito do seu projeto como discussão, acho que merece o louvor de todos nós. O nosso encaminhamento infelizmente é pela manutenção do veto no seu projeto, porque se o projeto for aprovado nesta Casa de Leis, não restará outra alternativa ao governador do Estado do Paraná, à Casa Civil, a apensar nos Fóruns de Justiça Nacional, argüindo a inconstitucionalidade.

Não estamos discutindo o mérito. O mérito deveria ser bem discutido por esta Assembléia. Deveria ser feito um grande seminário pela Comissão de Educação, não somente a respeito desses cursinhos preparatórios de vestibular, para as escolas públicas. Mas sim também sobre a questão das cotas que acho que introduz uma justiça social, uma justiça do ponto de vista da distribuição do saber mais equitativa a nível superior no nosso Estado de uma forma mais abrangente.

Por isso, peço aos senhores deputados que votem SIM, votem pela manutenção do veto. Infelizmente, que tem um mérito todo louvável, mas gostaríamos de aprofundar essa discussão com a Secretaria da Educação, com a Secretaria da Ciência e Tecnologia e com os demais deputados.

A sugestão que faço, deputado Augustinho Zucchi, e o senhor sabe o carinho e o respeito que tenho por V. Exa., se o projeto for aprovado, o veto for derrubado e o governador do Estado argüir a inconstitucionalidade, a minha sugestão é que V. Exa. entre com o mesmo teor do seu projeto, mas com o conteúdo autorizatório para que a Secretaria da Educação e a comunidade educacional possa abrir essa discussão no interior das instituições do Estado e na sociedade civil.

Se o seu projeto, se o veto for mantido, que V. Exa. entre com o mesmo projeto de forma autorizatória chamando para uma discussão mais profunda a respeito das injustiças no sistema educacional paranaense e brasileiro.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Ouvi atentamente a defesa do nosso líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, mas creio sinceramente que essa não é uma votação da bancada do governo nem da bancada da Oposição.

É uma votação de mérito do projeto. Agora, deputado Vanhoni, como V. Exa. falou, discutir, bater de frente, claro que a origem do cursinho, não deveria existir cursinho. A origem do cursinho está no fato de termos debilitado a questão do ensino do 2º grau.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputado Augustinho Zucchi, pedindo escusas, dizendo que V. Exa. já está fazendo encaminhamento para votação, para não pairar dúvidas.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente.

Como se tivéssemos a defesa do presidente Lula. Vou fazer aqui a defesa do presidente Lula! Qual é o erro de estrutura que tem a economia do Brasil? Por que é que o presidente Lula optou por subir a taxa de juro, elevar o superávit primário? Por que ele quis? Por que não fez ele uma tomada de medida extremamente ortodoxa com relação à questão da economia?

Não fez, deputado Vanhoni, porque a estrutura está viciada. Faço uma pergunta a V. Exa.: até que tenhamos a condição ideal do ensino de segundo grau, para que os nossos estudantes possam ter a condição de adentrar em uma Universidade. E onde ficam aqueles que pagam por essa estrutura ser viciada e não ter essa condição?

Então, temos que tomar uma medida, mesmo que seja paliativa, para que possamos pelo menos corrigir uma parte da injustiça. Pelo menos parece-me esse um bom caminho. E deputado Vanhoni, V. Exa. também sabe do respeito que tenho, da consideração que tenho a V. Exa, e sei dos compromissos que V. Exa. tem com aquilo que faz. Acredito que seria possível deixar a aprovação desse projeto para que o Estado possa discutir. O Estado não precisa argüir a inconstitucionalidade! O Estado que discuta e veja as formas que pode fazer. Se não for possível implantá-lo em lugar nenhum, essa discussão e este projeto, então, que opte o Estado por discutir a matéria do ponto de vista constitucional. Agora, os milhares de estudantes do nosso Paraná terão que ter uma alternativa até que o Cristóvão Buarque comece a cruzada de mudança na nossa educação, que inseriu na nossa vida brasileira uma injustiça que é difícil de corrigir, deputado Vanhoni. São centenas, milhares de jovens que não têm a condição prática de fazer um cursinho. E um vestibular acontece todo ano na Universidade estadual, na particular e não tem conversa. E o tempo vai passando e os jovens vão perdendo a oportunidade de terem a sua formação.

Peço, deputado Vanhoni, que V. Exa. tire essa decisão de uma decisão de governo, até porque faço parte da bancada que apóia o governo, e de uma posição de Oposição. Essa é uma posição da Assembléia Legislativa com relação a essa questão que é importante para o Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

V. Exa. já fez o encaminhamento da...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não. Eu pedi para discutir a matéria e agora estou encaminhando a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

V. Exa. pediu para encaminhar, foi isso que a Mesa entendeu, mas vou lhe conceder um tempo de um minuto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Augustinho Zucchi, vamos enfrentar essa questão de frente, como acho que ela tem que ser enfrentada e nós nunca fizemos aqui na Assembléia.

Só em Curitiba temos 187 escolas do Estado do Paraná no ensino médio e fundamental. São mais de cento e cinquenta mil alunos! O senhor imagine se tivermos que concorrer com a iniciativa privada, o que significa de carga. Vamos abrir um curso de preparação na Escola Rio Branco, e não vamos abrir em nenhuma outra escola! Vamos abrir cinco; e os professores que vão dar aulas nesses cursos preparatórios serão professores que vão dar aula gratuitamente, voluntariamente ou não?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Vamos fazer o projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Se o Estado fizer um projeto, os professores em sala de aula vão ter que ter carga horária para isso. Isso demanda estrutura! Isso demanda planejamento! Isso demanda recursos e eu não posso discriminar as demais regiões do Estado do Paraná. Na Região do Sudoeste, de onde V. Exa. vem, os cursinhos preparatórios para prestar o vestibular nas escolas públicas terão que ser implantados, assim como em Londrina, assim como em Maringá. E diante dessa realidade do ponto de vista estrutural de quem está pensando em planejar a educação, nós não vamos conseguir implantar.

O SR. RAFAEL GRECA

Com o dinheiro do FAT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O dinheiro do FAT não resolve, deputado Rafael Greca. O FAT não é um fundo que pode financiar os cursos que...

O SR. RAFAEL GRECA

Se o dinheiro do FAT parar de financiar centrais sindicais, resolve.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Rafael Greca, esta Mesa comunica que não há aparte. V. Exa. pode pedir para discutir a matéria.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Então V. Exa. encaminhe isso para o Congresso Nacional, porque o que prevê a Legislação não é isso, Rafael; você sabe, porque você já foi deputado federal. Então, não adianta aprovarmos lei aqui que é de competência federal.

Nós estamos, na realidade, querendo tapar o sol com a peneira.

Ou esta Assembléia e nós deputados temos um comportamento com os compromissos que o Paraná tem com o sistema educacional e aperfeiçoar mesmo o sis-

tema, melhorando o ensino fundamental, qualificando e dando melhores salários para os professores, quanto de recurso não demandaria isso?

Os professores do ensino médio, deputado Augustinho Zucchi, não recebem reajuste de salário, receberam ainda, no último governo, apenas um abono de cinquenta reais e que agora o governador Roberto Requião estendeu por mais meses, até o final do ano.

V. Exa. sabe quanto ganha um professor para entrar no ensino médio em uma escola pública do nosso Estado? Trezentos e cinquenta reais. O senhor acha que esses recursos são suficientes para que um professor se capacite para dar uma boa aula ao ensino médio? É claro que não é.

Então, o governo do Estado tem que pensar primeiramente em qualificar melhor o ensino médio, porque é lá no começo da educação, é lá no ensino fundamental bem-feito, é no ensino médio, com a qualidade do ensino estando cada vez melhor é que nós vamos formar os nossos alunos. Não vamos resolver os problemas de injustiças de acesso ao ensino superior do nosso Estado, instituindo os cursos que V. Exa. defende.

Acho que sua tese é meritória e deve ser aberta para a discussão. Mas, de forma como o seu projeto está, implica ao governo ter duas atitudes: ou argüi a inconstitucionalidade, ou sanciona o veto. O governo do Estado não vai poder ficar 60 dias com esse projeto parado na Casa Civil, porque a lei vai impor a ele, ao governador, que ou ele regulamenta, ou ele argüi a inconstitucionalidade, o senhor sabe disso. E ao regulamentar um projeto desses, demanda despesas, demanda uma nova estrutura do ensino no nosso Estado, uma nova vertente.

Então, esse projeto tem que ser discutido com os professores, com a comunidade educacional, com os prefeitos, com o secretário da Ciência e Tecnologia, com o secretário da Educação, para que aí a Assembléia Legislativa possa se posicionar com coerência.

Então, peço aos deputados, com dor no coração, porque o projeto é meritório e esbarra em uma questão que é fundamental, que é a justiça de acesso a ensino superior do nosso País, do nosso Estado e é da lavra de um deputado que tenho toda a admiração e todo o apreço.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, jamais um projeto como esse teve a intenção de fazer concorrência com o cursinho privado, que exerce essa atividade com muita competência. Aliás, deputado Vanhoni, esses alunos que pretendem se beneficiar desse projeto, jamais entrarão em um cursinho privado, jamais passarão perto de um cursinho privado.

Essa proposta do cursinho gratuito, deputado Stica, para minha felicidade, foi debatido em um debate de presidenciáveis a nível nacional, fiquei feliz porque era uma proposta que realmente pode diminuir as diferenças sociais, na minha visão, e eu respeito, obviamente, as visões questão diferenciadas. A votação eu me submeto como

democrata que sou; o democrata se submete à decisão da maioria, os minoritários que se submetam, eu me submeto à decisão da maioria deste Plenário, mas sem esquecer de vista que essa é uma obrigação nossa porque nós vivemos aí dizendo que não temos bolsa de estudo, não há bolsa de estudos neste Paraná e nem em lugar nenhum neste Brasil, alguma coisa temos que fazer até que se resolva o problema estrutural da educação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Rafael Greca.

Antes, porém, quero pedir aos senhores deputados, lembrando, conforme o artigo 174, que não há apartes no encaminhamento de votação.

**O SR. RAFAEL GRECA**

Estimado presidente, estimado líder do governo, estimadas deputadas e deputados.

Parece-me que nenhum tema que diga respeito à educação deva ser tratado sob a perspectiva da avareza. Parece-me também que o líder do governo está em uma função extremamente espinhosa, que é a de olhar sob o prisma da contabilidade, aquilo que qualquer coração patriota gostaria de ver tratado sob o prisma da generosa visão do futuro.

Mas, eu, ministro, vi na mão do ministro Dornelles uma lista na qual o antigo governo dava 25 milhões por mês para a CUT, 22 milhões por mês para a Central Sindical e outros tantos milhões do dinheiro do FAT, exatamente, para financiamento de pseudocursos de capacidade, vi na mão do Dornelles, ministro do Trabalho, tive até essa lista na minha mão, posso até dar testemunho disso até em juízo.

Fico pensando se o dinheiro do FAT não deveria financiar esse tipo de capacitação. Eu, prefeito, via a sede do povo de Curitiba em programa de capacitação. Foram 47 os Liceus de Ofício que a minha Margarita, como presidente da Fundação de Ação Social abriu nos bairros da nossa cidade. Em seis meses eram 27 mil moços e moças que vieram buscar os cursos de capacitação nas Ruas da Cidadania e nos bairros todos da cidade, quando a Fundação de Ação Social abriu a possibilidade da capacitação. A capacitação é necessária para o povo, porque a escola está fingindo que ensina e as crianças estão fingindo que aprendem. E os filhos dos pobres não podem ficar sendo empurrados para que os secretários da Educação apresentem estatísticas positivas para o Banco Mundial, dizer que está bom, que o ensino está bom. Nós estimamos o nosso governador e o nosso governo, temos que dizer o que não está bom na educação.

A minha visão é que esse projeto do Augustinho Zucchi deveria ser sancionado e com criatividade deveria se buscar uma condição de fazê-lo acontecer, se não para todas as crianças, pelo menos para uma parte delas, as mais humildes, com recursos do Fundo de Ação de

Amparo ao Trabalhador e eu fico perguntando: será que não dava para complementar a renda dos professores aposentados que ficam pedindo abono salarial, daí então para aqueles que quisessem trabalhar no cursinho preparatório do vestibular, abrindo uma oportunidade para eles dentro do projeto do Augustinho Zucchi? Será que é tão difícil criar novas oportunidades para a educação? Por que sempre nosso país quando a verba é para educação é que ela merece a economia?

Hoje eu fiquei muito feliz ao ver que vai se exigir de contrapartida dos municípios para o Paraná Urbano ou para o novo nome que se dê para o Paraná Urbano, vai se exigir que se abram cursinhos de alfabetização para adultos. O governo do Paraná, do Roberto Requião, vai exigir como contrapartida das cidades, cursos de alfabetização para adultos. Vai haver uma moeda educação com a qual as cidades vão pagar os programas de urbanização. Isto é um avanço poderoso que o governo do Paraná está abrindo para o horizonte do futuro.

Acho que votar o projeto do Augustinho Zucchi é bom, porque me parece que o veto que o Jaime Lerner após a esse projeto é um veto de avareza, de avareza com o futuro e eu, em avareza com a educação, vou pedir desculpas para o líder do governo, mas vou votar contra, porque avareza com a educação, comigo não.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Para encaminhar a votação, deputado Pedro Ivo.

**O SR. PEDRO IVO ILKIV (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados, acho que o projeto do deputado Augustinho é um projeto de grande importância para o Estado do Paraná, mas também sei, como prefeito que fui, que os recursos que se tem são recursos escassos e muitas vezes tem que se definir o que é o essencial dentro desse pouco que existe.

Queria fazer um gancho com esse projeto que já se sabe que no Paraná assumimos as Universidades Federais, o ensino superior que seria de responsabilidade do governo federal, o Paraná foi um Estado campeão em assumir universidades.

Por outro lado temos os nossos municípios mantendo o transporte escolar hoje porque não se consegue, não se tem recursos a nível estadual para garantir o transporte escolar de qualidade a nível dos municípios. Por outro lado a educação infantil que atende de zero a seis anos, praticamente abandonada hoje a nível, podia se dizer a nível de Brasil, o Brasil hoje tem 12 milhões de crianças de zero a seis anos e atendemos hoje apenas seis milhões de crianças de zero a seis anos. É a fase mais importante do cidadão, onde se forma o caráter e a personalidade: de 0 a 6 anos. Qual é a realidade, hoje, dos nossos centros de educação infantil? Além de uma demanda enorme de mães querendo colocar crianças no centro de educação infantil, que não tem espaço, profissionais que são na maioria substituídos por estagiários - com todo respeito aos estagiários, que fazem tudo o que podem,

mas precisamos ter especialistas, técnicos no centro de educação infantil - além do espaço físico e do material pedagógico, uma série de coisas que poderiam ser investidas, nessa fase da vida da criança, de 0 a 6 anos.

O projeto do Augustinho é louvável e interessante. Mas dentro dos poucos recursos que se tem, se eu pudesse optar dentro desses recursos, eu diria que a educação infantil e o transporte escolar estão dentro dessa ordem de prioridade, sem menosprezar o projeto do deputado Augustinho.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin. Antes, porém, deputado Neivo, pedir escusas, quero registrar a presença do presidente da Câmara, Dr. Camargo, do vereador Vicente Cavalini Filho, a pedido da deputada Cida Borghetti.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Se V. Exa. me permite, no mesmo tempo que V. Exa. anuncia a presença dos ilustres visitantes, quero aproveitar também e destacar a presença do prefeito de Loanda, Dr. Flávio Accorsi.

Senhor presidente, no mandato anterior, encaminhei ao Ministério Público inúmeros documentos comprobatórios, que o governo do Paraná não possui ou não possuía uma conta específica, para administrar os recursos do Fundef. Conforme o relatório técnico do Tribunal de Contas, o governo que investia de 36 a 40% em educação, passou a investir no governo Lerner, no último mandato em torno de 21%. O Fundef escreveu que repassou 300 milhões de reais aos municípios do Paraná. E perguntando quais os municípios, até hoje estou sem a devida resposta. Seriedade e responsabilidade com o dinheiro - é desnecessário até discorrer sobre a importância, que todo administrador público tem que ter. O que me estranha é porque essas respostas, ao longo do tempo, não vêm, não aparecem.

Estranha-me como é que um governo consegue permanecer durante oito anos, sem uma conta específica, para administrar o dinheiro do ensino fundamental. São perguntas que trazem à reflexão de todos nós, a pensar em mais um assunto. Como é que a Assembleia do Paraná aprovou as contas, tendo todos esses assuntos esmiuçados: malversação do dinheiro do Fundef; má administração dos recursos. Acho que o deputado Augustinho Zucchi traz um projeto meritório, que traz, no mínimo, à baila, a discussão, um assunto fundamental. Vamos votar com o nosso deputado do PDT, Augustinho Zucchi. É essa a recomendação, na condição de líder do partido.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhor presidente.

Encaminhei a V. Exa. um requerimento pedindo destaque, no item 04, projeto de autoria do então deputado Péricles R. de Mello. Eu gostaria que o senhor colo-

casse em votação, porque acho importantíssimo esse projeto e há um veto nele. Gostaríamos de votá-lo em separado, porque ele tem muito a ver com a questão a "Fome Zero", agora e também do "Vale Leite", que vem por aí.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Na hora oportuna esta Mesa colocará o seu requerimento em votação.

Quero registrar a presença do prefeito Elias Farah, de Candói e do prefeito Juca Farah, do município de Reserva do Iguaçu, a pedido do deputado que os acompanha, Artagão Júnior.

#### O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar, senhor presidente.

#### (Assentimento)

Senhor presidente, o deputado Neivo Beraldin tem boa razão de fazer as cobranças que aqui fez porque também nós, nos últimos anos, nos comportamos de forma veemente, em busca da transparência. Transparência que o governador Requião não está falando, está fazendo! Um governo que não esconde nada, um governo que deixa às claras mostrando que não tem nada a esconder. Tanto é verdade, senhor presidente que logo após assumir o governo, Requião baixou um decreto exigindo que qualquer deputado desta Casa tenha acesso às informações do governo, sem passar pelo Plenário da Casa, considerando que neste governo nada ficará escondido, tudo ficará às claras!

Por isso, deputado Neivo Beraldin, V. Exa. poderá fazer um pedido de informação ao secretário da Educação, ou mesmo numa visita que V. Exa. queira marcar com o secretário Maurício Requião, naturalmente que esses dados serão colocados com a clareza e a presteza que é a marca deste governo.

Senhor presidente, é justo que o nosso líder, Ângelo Vanhoni, está propondo nesta Casa, não podemos colocar uma faca no pescoço de um governo que há três meses assumiu os destinos de nosso Estado. O governador Requião, com certeza, não é contra este Projeto de Lei, porque é um governo popular, que tem compromisso com os pobres, um compromisso com os que não estão incluídos, é um governo que vai mudar os índices de nossa economia e de nossos indicadores sociais. Mas ora, senhor presidente, três meses, um Projeto de Lei que é e não é autorizatório, de forma que, como disse o nosso líder: "Não estamos aqui discutindo o meritório porque o projeto é meritório. "O projeto merece sim a nossa mais profunda análise mas um governo iniciante, um governo que se propõe resolver os problemas do Estado, um governo que quer usar o diálogo para encaminhar as soluções, não pode ter uma faca no pescoço e exigir soluções! Este governo está com boas intenções, querendo encaminhar soluções para nosso Estado!

Por isso, senhor presidente, nosso líder encaminhou pela manutenção do veto, sim, sem excluir uma dis-

cussão deste projeto, para que possamos trazer ao governo, à Secretaria da Educação, a fim de que possamos encaminhar este projeto com fundamento, com suporte financeiro! A fim de que nossos alunos que saem do ensino público possam ter também a possibilidade de estudar nas escolas públicas universitárias do Estado do Paraná.

Por isso, senhor presidente, não queremos fazer aqui um discurso ideológico e nem travar aqui picuinhas políticas, queremos aqui tratar com seriedade esta questão. Seriedade que o governador tem, seriedade que este governo tem! Por isso queremos pedir, reiterar, mais uma vez, que os deputados dêem um voto de confiança a este governo, votando SIM, vamos manter o veto e vamos fazer aí uma grande discussão para que possamos ter uma lei viável, uma lei que atenda os objetivos, uma lei que seja criada e não seja igual a outras tantas, que ficam mofando nas gavetas, que não são implantadas, que são desconsideradas! E só queremos que a Lei que esta Casa aprovar seja lei verdadeira e que seja cumprida na integridade. Então, o nosso apelo é reforçando a posição do nosso líder Ângelo Vanhoni para que votemos SIM, mantendo o veto.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação.

Como se trata de veto, será secreta. Peço ao senhor 1º secretário, que proceda a leitura da chamada dos senhores deputados.

O SR. ELIO RUSCH

Qual é o projeto que iremos votar?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Item 7, que foi discutido amplamente, veto apostado ao Projeto de Lei nº 113/99.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)  
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

42 deputados votaram.

Solicito aos senhores deputados Elza Correia, Padre Paulo Campos e Carlos Simões para o escrutínio dos votos.

Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do prefeito Romano Sherne, de Cafelândia, acompanhado pelo deputado Elio Rusch.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar um voto de profundo pesar pela morte do funcionário da Copel, Jeferson Cepeca, de 44 anos, num acidente automobilístico ocorrido quarta-feira da semana passada na cidade de Registro, interior de São Paulo. Foi candidato a deputado estadual, presidente do Sindelpar, um dos membros atuantes do Fórum Popular Contra a Venda da Copel.

Pertencia ao PPS. Deixa dois filhos e esposa.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Esta Mesa se solidariza com o voto de pesar do companheiro Jeferson Cepeca.

Resultado da votação: 23 NÃO; 19 SIM. **Está mantido o veto.**

Requerimento nº 514, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da Proposição 066/2002, item 04 da Ordem do Dia. Em discussão, em votação. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Quero apenas agradecer aos deputados que votaram com nosso projeto e deixar registrado, nesta tarde, que vou entrar com um projeto com o mesmo teor, nesta legislatura. Vou convocar as universidades, os colégios estaduais do Paraná e vamos fazer uma grande discussão sobre essa questão da educação, especialmente com relação à questão do acesso à universidade.

Amanhã estarei entrando com um projeto de mesmo teor, da mesma forma que tivemos essa oportunidade e agradecer àqueles que votaram e compreender, e respeitar aqueles que não puderam, obviamente, nos ajudar nessa empreitada.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. pode ter certeza que os deputados que votaram pela manutenção do veto, vão estar somados junto com V. Exa. nessa ampla discussão e na mobilização para que possamos, de alguma forma, minorar os problemas de injustiça no acesso ao ensino superior público no Estado do Paraná.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

#### **ITEM 04**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 066/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, que cria o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO nº CTL/SEEG nº 192/2002.

Curitiba, 14 de maio de 2002.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 083/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 291/99, por julgá-



lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego, de caráter assistencial, “visando proporcionar ocupação, renda e qualificação profissional para até 20 mil trabalhadores, integrantes da parte da população desocupada residente no Estado do Paraná”.

O veto apostado ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (Ofício nº 060/2002, de 07/05/2002), considerando a medida contrária ao interesse público, por ser inexecutável, não só pela inexistência de recursos orçamentários e meios estruturais necessários, como pela possibilidade de permitir muito variadas interpretações que poderiam ensejar inúmeras ações judiciais.

Apresentando maior detalhamento quanto à impossibilidade de acolhimento à medida, é feita anexação de cópia autêntica do mencionado Ofício nº 060/2002, da SERT, cujos termos ratifico.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 291/99 encontra-se publicado no DA nº 041/2002, de 11/04/2002, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 066/2002

P A R E C E R :

A proposição em tela trata de veto apostado ao Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, que “cria o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego e dá outras providências.”

O governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e dispondo dos prazos estabelecidos pelo parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o referido projeto de lei por considerá-lo contrário ao interesse público, por ser inexecutável não apenas pela inexistência de recursos orçamentários e meios estruturais necessários, como pela possibilidade de permitir muitas e variadas interpretações que poderiam ensejar inúmeras ações judiciais.

Dada a justificativa constitucional e o respeito aos prazos estipulados para o veto, a presente proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. JOCELITO CANTO

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra, para discutir, ao senhor deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados. Eu, prestando atenção na Ordem do Dia de hoje, chamou-me a atenção esse Projeto de Lei nº 291/99, que é justamente de autoria do ex-deputado e hoje prefeito de Ponta Grossa, Péricles de Mello, do PT. Então não poderia deixar de passar aqui, sem fazer a minha participação e sem dar o destaque, um projeto vem com o veto e como nós estamos neste momento discutindo Fome Zero, estamos discutindo a questão de auxiliar as pessoas mais carentes. E, logo, logo esta Casa vai receber um projeto de autoria do Governo do Estado, que cria o Vale Leite. Senhor presidente, senhores deputados aqui temos a chance de implantar um projeto que vai beneficiar mais de vinte mil famílias pobres das principais cidades do Paraná. Esse projeto do então deputado Péricles, diz - “que fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Emergencial de auxílio desemprego de caráter assistencial, visando proporcionar ocupação, renda e o mais importante, qualificação profissional para até vinte mil trabalhadores, integrantes da parte da população desocupada, residente no Estado do Paraná.”

O Programa que se refere no Artigo 1º consiste na concessão de bolsa auxílio desemprego, no valor de cento e cinquenta reais, no fornecimento de cesta básica, auxílio transporte e na realização de curso de qualificação profissional. O que é muito importante.

E será concedido, senhor presidente, senhores deputados, esse projeto vai beneficiar e atender às cidades mais pobres do Paraná, os senhores deputados que costumam ir nas cidades pequenas fazer campanha, terão obrigação hoje, de votar a favor das pessoas mais humildes e dos desempregados do Estado do Paraná. E o projeto vem ao encontro de o momento que nós estamos vivendo. Campanhas milionárias na televisão, pedindo para o povo ajudar contra a Fome Zero. Campanhas sendo desenvolvidas aqui no Paraná, e aqui, senhor presidente, senhores deputados, está pronto um projeto que vai beneficiar, principalmente, as cidades qualificadas como as mais pobres do Estado do Paraná. E, ao mesmo tempo, abre frente de trabalho, profissionaliza as pessoas mais humildes, profissionaliza as pessoas mais pobres. É aquela história que sempre vejo, “não vamos ensinar o povo a pescar, não vamos dar, vamos ensinar a pescar. Todo mundo faz esse discurso. Aqui está um projeto que é bom para o povo, vai auxiliar as pessoas carentes, vai ensiná-las e ao mesmo tempo, vamos começar esse Projeto Fome Zero aqui pelo Paraná.

Então senhor presidente, senhores deputados, quero mais uma vez alertar os senhores deputados, os

deputados que defendem o interior, que defendem as cidades pobres, que mil frentes de trabalho, numa cidade e dou um exemplo, como Reserva ou Ortigueira, cidades mais pobres dos Campos Gerais, isso daria grande oportunidade de melhorar a qualidade de vida dessas cidades.

Por isso, senhor presidente, se nós vamos votar daqui a pouco, projeto vale leite de graça para o povo, vale luz, luz a custo zero, não podemos deixar este projeto que é de autoria do deputado Péricles de Mello. Que fez na intenção de beneficiar o povo mais humilde das pequenas cidades do Estado do Paraná.

Peço a todos os deputados, a hora é agora. Não adianta o governo dizer que não tem verba. Terá verba para o vale leite, para a Copel. Então terá que ter dinheiro também para as pessoas mais carentes do Estado. Coloca em prática amanhã. Publica-se a lei e amanhã começa a frente de trabalho no interior. Começa a revolucionar as cidades pequenas. Cidades onde o povo não tem emprego, pessoas que passam fome. E esta Casa tem uma responsabilidade muito grande.

Este projeto está pronto. É um projeto que autoriza o governador do Estado a atender 20 mil famílias no Estado do Paraná.

Por isso peço aos demais deputados: vamos derrubar este veto do então não sensível governador Jaime Lerner que não gosta do povo mais humilde. Ele vetou um projeto que é de interesse das pessoas mais humildes do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Ratinho Júnior.

#### **O Sr. Ratinho Júnior**

Gostaria de dizer que apóio o seu pronunciamento. Esse projeto diz tudo que o presidente Lula falou em sua campanha, inclusive o governador Roberto Requião falou também. O projeto já está pronto. Temos hoje que ajudá-lo e apoiá-lo. O meu voto está a seu favor.

Muito obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Não sei se como executivo Péricles de Mello está fazendo isso hoje em Ponta Grossa. Não sei. Acredito que ele está fazendo, porque ele queria que o Estado fizesse.

Concedo um aparte ao deputado Plauto Miró.

#### **O Sr. Plauto Miró**

Ouçõ com atenção e apóio o seu pedido, como os demais deputados devem apoiar, principalmente os integrantes do PT que tanto defendem e defenderam no passado um projeto como esse. No momento em que está implantando no nosso país o “Fome Zero” que foi colocado pelo governo do PT; e aqui o Padre Roque, nosso companheiro de Ponta Grossa e hoje secretário. Vamos sim votar para derrubar o veto. Está pronto em prol de acabar com a fome no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Estamos dando um cheque em branco para o Padre Roque, sabemos que ele é de confiança e haverá de colocar em prática. E tem muito a ver com os trabalhadores lá do interior de Toledo, do Oeste, do Sul.

#### **O Sr. Elton Carlos Welter**

Hoje existe vários programas que foram anunciados pelo governo Lula, aqui no Paraná de caráter emergencial, não há previsão orçamentária para a execução desse projeto. Fica difícil executá-lo este ano.

Muito obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Colocação boa do deputado Plauto, dá para suplementar o orçamento.

O falecido Anibal Khury dizia: “atrás do balcãozinho é outra história”.

Concedo um aparte ao deputado Barbosa Neto.

#### **O Sr. Barbosa Neto**

Gostaria de registrar o apoio à sua iniciativa de fazer o destaque de uma matéria que é tão importante para todos os paranaenses.

Não conseguimos entender a colocação da Situação, porque quando está no poder o discurso é diferente de quando está da Oposição. Parece que o governo federal e estadual querem ter o monopólio de todo tipo de projeto na área de ação social. Por que não esta Casa também ter a oportunidade de colocar em aprovação um projeto de grande ação social?

Tem o meu apoio e de toda Bancada Independente para que possamos derrubar esse veto.

Muito obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Esse projeto vai às cidades de maior dificuldades, mais pobres.

É de fundamental importância que derrubemos esse veto e dê as condições para que o governo do Estado suplemente o orçamento para atender essa necessidade do povo.

Peço a sensibilidade dos deputados, porque depois quando o deputado chegar na sua base o seu eleitor vai lhe cobrar. Ninguém está contra o governo. Estamos dando condições ao governo de começar o “Fome Zero” amanhã. E todo mundo reclama que só está no papel. Já está no papel, basta fazer. E vai atender as pequenas cidades do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Parece que esse projeto é mais amplo do que apenas o “Fome Zero”.

O cidadão não vive apenas de comida. Vive de cultura, de lazer, de informação, oportunidade de emprego, profissionalização da mão-de-obra, qualificação da mão-

de-obra, para que possa ter a subsistência sua e de sua família.

Feliz aquele que pode dar. Triste é aquele que recebe. O cidadão só vai ser feliz quando olhar no espelho e dizer que é suficientemente capaz de levar a comida para sua família, porque tem um emprego dentro da dignidade. Sei que o Estado pode fazer tudo isso.

Aliás quero recomendar ao presidente desta Casa para que determine à Comissão de Educação que fiscalize a questão do desvio que houve do dinheiro do Fundef do ensino fundamental.

Acho que nós temos que tratar do macro, temos que permitir que este Poder discuta as questões regionais, temos que tratar as regiões de acordo com as necessidades que têm cada uma delas, que são diferentes. O Norte Pioneiro é uma realidade, o Litoral é outra. Enfim, V. Exa. neste momento que ocupa a tribuna permite que a Casa possa discutir um pouco essa questão, do que significa o cidadão, do que significa esse Projeto “Fome Zero”.

Vamos ampliar esse projeto no sentido de dar ao cidadão uma oportunidade de emprego; dar ao cidadão uma oportunidade para que ele tenha a sua renda; dar ao cidadão a oportunidade de participar do teatro, da escola e da vida comunitária.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, somente para encerrar, eu gostaria de destacar que esse projeto é um projeto que fornece cesta básica para quem trabalhar, dá auxílio transporte e ainda realiza curso de qualificação profissional nessa pequena cidade. Então, isso é importantíssimo.

E quis o destino, (não tenho culpa de estar aqui ou tenho culpa, não sei, mas estou aqui, nesta tribuna, hoje, neste dia, na Assembléia) que eu viesse defender um projeto de meu adversário, não inimigo, mas adversário político, o prefeito Péricles de Holleben Mello e para surpresa minha, eu não vejo ninguém do seu partido aqui, defender o projeto dele, isso obriga a mim, que sou o seu adversário político defender o seu projeto que acho de fundamental importância.

Muito obrigado, senhor presidente! Acredito na sensibilidade desta Casa de Leis!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Encerrada a discussão, em votação. Em se tratando de veto, a votação será secreta.

Solicito à 1ª secretária, Elza Correia, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Elza Correia)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

Quarenta votos, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Solicito, para escutinar os votos, os deputados Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró e André Vargas.

Esta Mesa registra e agradece a presença do deputado Federal Dilceu Sperafico, presidente do PPB-Paraná.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Elza Correia)

Tivemos dezenove votos NÃO e vinte e um SIM.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com dezenove votos NÃO e vinte e um SIM, **está mantido o veto.**

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, justificativa de voto.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em voto secreto não há justificativa de voto, deputado.

O SR. JOCELITO CANTO

Então, pela ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, tenho que lamentar aqui, como diria um bom jogador de futebol, que o time do próprio companheiro votou contra o próprio companheiro. Lamentamos que tivemos um gol contra e que o projeto defendido no Brasil pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva, eleito pela maioria do povo brasileiro, foi rejeitado com o apoio, aqui, do Partido dos Trabalhadores.

Que fique registrado nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Mesa não acata, porque a votação é secreta, portanto, não sabemos quem fez uso do voto.

O SR. JOCELITO CANTO

Mas perdemos, senhor presidente.

Então, já dá para deduzir que a Bancada governista....

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Não sabemos quem fez uso do voto.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Justamente nesta mesma linha que a Mesa entende, acho difícil. Ou o deputado Jocelito Canto explica como que ele sabe que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, segundo ele, votou contra o projeto do próprio deputado do PT anterior, que era o deputado Péricles de Mello, ou então nós temos que rever as votações daqui, porque, se a votação é secreta e, em princípio os deputados, embora muitas vezes comentem, mas tenham o direito de fazer com que ela de fato seja secreta, nós temos que pensar como é que o deputado afirma categoricamente que o Partido dos Trabalhadores votou contra um projeto de um integrante do seu partido.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Esta Mesa já fez a devida correção.  
Pela ordem, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de registrar que o deputado Veneri, transparente como é, aliás, o mais transparente deste Parlamento, pediu autorização para o seu líder Ângelo Vanhoni, para votar a favor do veto.

Então, o senhor mesmo revelou o seu voto.  
Então o senhor votou contra!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Encerrada a discussão, passamos aos demais itens que serão votados em bloco.

### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 059/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 114/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a aquisição de veículos blindados para as Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 193/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 090/2001, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 114/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo do Estado do Paraná determinará que, anualmente, as Polícias Civil e Militar devem receber um veículo blindado cada uma, até que todas as regiões administrativas do Estado contem 5% (cinco por cento) das respectivas frota compostas por veículos dessa natureza.

O projeto de lei em referência não pôde ser acolhido, tendo em vista pronunciamentos expendidos pelos órgãos estaduais de segurança pública, considerando a medida inoportuna e de difícil exequibilidade em razão de fatores orçamentários conjunturais, bem como de disposições de legislação federal (Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000).

Dentre as manifestações dos órgãos que apreciaram o assunto, vale ressaltar a de que temos que considerar o alto custo de cada viatura leve blindada, aproximadamente R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a prioridade na aquisição deste material bélico em detrimento a outros e o tempo para se atingir o objetivo proposto pelo projeto de lei.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 114/2000, encontra-se publicado no DA nº 036/2000, de 13.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 059/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 114/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a aquisição de veículos blindados para as Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

### ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 060/2001 veto apostado ao Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a descentralizar as ações de defensoria pública e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 191/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 070/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 216/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar as ações da defensoria Pública, promovendo a orientação jurídica integral e gratuita em todas as instâncias conforme o previsto no artigo 5º, LXXXIV, da Constituição Federal e artigo 127 e seu parágrafo único da Constituição Estadual.”

A negativa da sanção ao projeto de lei em causa decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que, não tendo sido proposto pelo Poder Executivo, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual, onde está reservada ao governador do Estado a

competência privativa para o início do processo legislativo de tal matéria.

Por outro lado, inobstantemente ao impedimento de ordem constitucional, vale frisar que a medida, pela forma como está posta, contendo imprecisões formais, seria inexecutável.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 216/99, encontra-se publicado no DA nº 044/2001, de 24.04.2001, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 060/2001

**P A R E C E R :**

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

**ITEM 03**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 043/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 087/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que proíbe a cobrança dos servidores da Copel, da Sanepar, da Telepar Brasil Telecom e por outras concessionárias de serviços telefônicos (telefonia fixa e celular). **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 055/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 467/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 87/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo proibir a cobrança de serviços de empresas privadas através do sistema de cobrança dos serviços da Copel - Companhia Paranaense de Energia

Elétrica, da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, da Telepar Brasil Telecom e por outras concessionárias de serviços telefônicos (telefonia fixa e celular).

O projeto de lei em referência não foi acolhido por inconstitucionalidade, pois o Estado não pode legislar sobre a matéria concernente às concessionárias de serviços telefônicos, por força do que dispõem os artigos 21, XI e 22, IV, da Constituição Federal, eis que se cuida, com efeito, de matéria de competência privativa da União. Tal prisma de inconstitucionalidade está diretamente relacionado à Telepar Brasil Telecom, entidade que, ao contrário da Sanepar e Copel, não é ligada à Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**PROJETO DE LEI Nº 087/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica proibida a realização de cobranças de serviços de empresas privadas, através do sistema de cobrança dos serviços de energia elétrica e de água e esgoto, prestados respectivamente pela Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, pela Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, pela Telepar Brasil Telecom, e por outras concessionárias de serviços telefônicos (telefonia fixa e celular), que não tenham relação direta com o objetivo da prestação de serviços destas concessionárias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.12.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**JUSTIFICATIVA:**

Os usuários dos serviços de energia elétrica, de água e esgoto e telefonia fixa e celular prestados respectivamente pelas concessionárias Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Sanepar - Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, Telepar Brasil Telecom e outras concessionárias de serviços telefônicos, vêm sendo desrespeitados em seus direitos constitucionalmente assegurados. Hoje essas concessionárias vêm procedendo cobranças de empresas privadas que prestam serviços completamente adversos aos de energia elétrica, água, esgoto e telefonia. Os usuários estão sendo cobrados através das faturas das concessionárias, por serviços diversos prestados por outras empresas, sendo que essas empresas que vinculam suas cobranças às faturas das referidas concessionárias, ganham uma garantia de recebimento, pois os usuários não podem atrasar os pagamen-

tos, o que implicaria no corte dos respectivos serviços prestados.

É necessária a desvinculação dos serviços necessários e básicos da Copel, da Sanepar, da Telepar Brasil Telecom e outras concessionárias de serviços telefônicos, dos serviços terciários prestados por outras empresas, a bem dos consumidores paranaenses.

E sendo assim, conclamo a todos os nobres pares desta Assembléia Legislativa, a darem o apoioamento a esta iniciativa, por se tratar de matéria de relevante interesse dos paranaenses.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 043/2002

P A R E C E R :

Analisando o veto governamental, objeto da Proposição nº 43/2002, apostado ao Projeto de Lei nº 87/2001, de autoria do nobre deputado Ricardo Chab, esta Comissão de Constituição e Justiça entende estar o mesmo em condições de ser levado à apreciação do douto Plenário, visto ter sido encaminhado dentro dos prazos legal e regimental.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

**ITEM 05**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que proíbe as operadoras de telefonia fixa de cobrarem os serviços de valor adicionado e DDI sobretarifado, nas contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 190/2002

Curitiba, 14 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 031/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 168/2000, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as empresas concessionárias de serviço público de telefonia fixa ficam “proibidas de cobrarem os serviços de valor adicionado e de DDI - Discagem Direta Internacional sobretarifado nas contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha. Estabelece, ainda, sanções por descumprimento da norma.”

O projeto de lei em referência, não mereceu acolhimento por estar eivado de inconstitucionalidade, con-

forme detalhadamente assevera a Procuradoria Geral do Estado em seu Parecer nº 175/2000, cujos termos, por mim plenamente ratificados, constituem as razões fundamentais do veto ora apostado. Apensado, por cópia autêntica, o referido Parecer da PGE.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 168/2000, encontra-se publicado no DA nº 016/2002, de 12.03.2002, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 068/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 168/2002, de autoria do deputado Antonio Baratter, que tem por objetivo proibir as operadoras de telefonia fixa, de cobrarem os serviços de valor adicionado e DDI sobretarifado, na contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71, da Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de parecer favorável ao encaminhamento desta proposição-veto para a apreciação do douto do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 04.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

**ITEM 06**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 091/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui a inclusão da disciplina de Educação Tributária às escolas da rede pública estadual de 1º e 2º graus. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 344/2001

Curitiba, 08 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 223/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 239/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo tornar obrigatório o conteúdo de Educação Tributária nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental e médio.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência é devida ao fato de a matéria ter sido considerada contrária aos interesses do ensino, posicionamento este que a Secretaria de Estado da Educação expressa do Ofício nº 2723/2001, de 29 de outubro de 2001 (anexo por cópia), cujos termos ratifico, fazendo deles as razões fundamentadas do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 239/2000, encontra-se publicado no DA nº 126/2001, de 17/09/2001 em Redação Final).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 091/2001

#### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui a inclusão de disciplina de educação tributária nas escolas da rede pública estadual de 1º e 2º graus.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

TIAGO AMORIM NOVAES - Relator

Em discussão. Encerrada a discussão.

A votação dos itens 01, 02, 03, 05 e 06 serão votados em bloco.

Como se trata de votação secreta, pedimos à senhora Elza Correia que proceda a chamada nominal dos senhores deputados, lembrando que os que desejam manter o veto, votarão com a expressão SIM, os que desejam derrubar o veto, votarão com a expressão NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Elza Correia)

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).**

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Solicito para escrutinar os votos, os deputados Francisco Bühner, Miltinho Pupio e Mauro Moraes.

A pedido da deputada Cida Borghetti, queremos registrar e agradecer as presenças do prefeito de Floresta, José Roberto, do PPB, e do prefeito de Ivatuba, Vanderlei Santini.

Trinta e sete deputados votaram, 26 SIM; 11 NÃO.

**Estão mantidos os vetos.**

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que altera o *caput* do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 005/2003, de 11/03/2003).**

#### COMISSÃO EXECUTIVA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2003

#### P A R E C E R :

O projeto de resolução em tela, de autoria do nobre deputado Hermes Fonseca, tem por objetivo alterar o *caput* do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que trata das indicações.

Chamada a opinar, conforme dispõe o artigo 33, parágrafo 1º, I do Regimento Interno, a Comissão Executiva entende que a presente proposição proporcionará aos deputados estaduais um instrumento para sugerir medidas para ministros de Estado, secretários de Estado, instituições, entidades, empresas privadas, organizações, federações e sindicatos, enfim, para qualquer agente público ou privado, contemplando uma antiga aspiração desta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos nosso parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 01/2003, opinando pela sua aprovação.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.03.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de janeiro de 2003, conforme a Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, (ex-Proposição nº 16/2003). PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de janeiro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoio:

Plauto Miró Guimarães, Antonio Anibelli, Carlos Simões e 1 ilegível.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 016/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 016/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de janeiro de 2003, regulamentados pela Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Analisado o relatório do movimento para atender essas despesas constantes da proposição supracitada, constato que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas. Concluo, então, pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Assim sendo, e pelo acima exposto, entende este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

## ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2003, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o processo de reforma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam designados os deputados Vanderlei Iensen, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Cida Borghetti para atuarem no processo de reforma do Regimento Interno, pelo prazo de 90 (noventa) dias, sob a coordenação do primeiro.

Art. 2º - Ficam designados, para o Comitê Técnico Executivo da Coordenação de Reforma do Regimento Interno, os funcionários deste Poder Legislativo Celso Aparecido de Castro, Severo Olímpio Sotto Maior, Idília Débora Gineste e Valéria Cortes Chaves França.

Art. 3º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.03.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 455, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 458, de autoria do deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 459, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 460, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 461 a 475, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 478 a 483, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 485, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 488, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 490, 491, 504 e 507, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 492 a 494, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 503, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 505 e 506, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 509, de autoria do deputado Derval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 510 e 511, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 512 e 513, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Consulta o senhor Jocelito Canto se deseja fazer uso do horário destinado às Explicações Pessoais.

V. Exa. tem cinco minutos.



**Explicações Pessoais:****O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto, inscrito.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, estou usando dessa prerrogativa final da Sessão para falar sobre esse Projeto de Lei nº 291/99, que de forma surpreendente foi desaprovado por esta Casa. O veto foi mantido. Eu gostaria de saber como está o governador Requião porque a sua bancada aprovou um projeto de autoria do governador Jaime Lerner. A bancada governista do Requião aprovou um projeto que não teve a sensibilidade do governador Jaime Lerner.

Começo a acreditar que o governador Jaime Lerner continua com poderes nesta Casa, tanto é que conseguiu fazer com que o seu veto de lá fosse aprovado aqui!

Então, que não se fale mal do Jaime Lerner, porque afinal, um veto com tanta falta de sensibilidade é aprovado pela bancada governista do momento e o Jaime Lerner deve ficar feliz hoje, porque um projeto que é de interesse do povo do Paraná, das pessoas mais humildes, dos mais pobres, das cidades esquecidas, das cidades abandonadas, esta Casa deixou de aprovar hoje, e o deputado Veneri falou que o voto é secreto, que não pode revelar o voto, transparência e não sei mais o quê, e não sei mais o quê, senhor presidente, o deputado Veneri, dentro daquela sua transparência que estamos conhecendo agora, transparência daquelas bonitas, Deus ajude que o senhor nunca faça nada errado, porque um dia o bicho lhe come.

Então, senhor presidente, eu gostaria de registrar que aqui nesta Casa, com todo o respeito que tenho à bancada do PT, votou contra um projeto que é de autoria de um membro desta Casa e que não se faz mais presente, mas que não foi respeitado o que ele propôs em nome do Partido dos Trabalhadores.

Lá em Ponta Grossa, senhor presidente, tem um jornalista chamado Altair Ramalho, que costuma dizer na Rádio, quando faz o seu comentário político, que lá no interior de Ponta Grossa tem um cidadão chamado Dominginhos. É um filósofo pobre, mora no interior, não fez faculdade, é um jacu do interior. Mas esse filósofo, costuma dizer que em política ele já viu de tudo e até já viu cavalo voar!

Obrigado.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Explicações Pessoais)**

Senhor presidente, fico entusiasmado em ver a determinação, a vontade de acertar e o caminho traçado, já determinado, desse nosso grande colega e amigo Jocelito Canto.

Mas, nesta oportunidade, aproveito para alertar ao deputado Tadeu Veneri, que é presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa e que tem amplos poderes para convocar, os conselheiros que administram

os recursos do Fundef, convoque ex-secretários da Educação, verifique a questão do Fundef. Porque no passado o desvio foi absoluto, inclusive na última reunião do Conselho, pedido para que se colocasse, em ata, as más aplicações de recursos do Fundef.

Acho que V. Exa. como presidente da Comissão de Educação, se levar com afinco esse trabalho e se procurar revelar à opinião pública os fatos da má administração do Fundef, tenho certeza que o ensino fundamental do Estado vai agradecer sobremaneira.

Era isso, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 1º de abril, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 014, 022, 029, 031, 069, 116 e 127/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/2003

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2003.

Levanta-se a Sessão.

**Ata de Comissão:****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos deputados Duílio Genari, Tadeu Veneri, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, Ademar Traiano, Delegado Bradock, Durval Amaral, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Doutor Luciano, Antonio Anibelli e mais o senhor deputado Pastor Edson Praczyk. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 06/2003 de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 82/2003 de autoria do senhor deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 103/2003 de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 10/2003 de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter - APRO-

VADO; 05) Projeto de Lei nº 14/2003 de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin. O deputado Tadeu Veneri, relator da matéria, SOLICITA DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - DEFERIDO pelo senhor presidente; 06) Projeto de Lei nº 23/2003 de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. O deputado Antonio Anibelli, relator da matéria, SOLICITA DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda e Casa Civil - DEFERIDO pelo senhor presidente; 07) Projeto de Lei nº 83/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 34/2003 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 101/2003 de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri. O deputado Elton Carlos Welter - SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo senhor presidente; 10) Projeto de Lei nº 102/2003 de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri. O deputado Durval Amaral, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto ao Escritório Regional da RFFSA - DEFERIDO pelo senhor presidente; 11) Projeto de Lei nº

17/2003 de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri. O deputado Tadeu Veneri, autor da matéria, SOLICITA O PROJETO PARA MELHOR ANÁLISE - DEFERIDO pelo senhor presidente; 12) Projeto de Lei nº 08/2003 de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 01/2003 de autoria do senhor deputado Pastor Praczyk e Projeto de Lei nº 18/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 12/2003 de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. Parecer pela INCONSTITUCIONALIDADE, do deputado JOSÉ MARIA FERREIRA - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária